

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

(A)normalidade da praxe no curso de Serviço Social
Que ligação entre os valores ensinados no curso e os valores associados
à praxe académica?

-Versão Final-

Dissertação de Mestrado em Serviço Social

Ana Beatriz Moreira Pinto

Orientação: Professora Doutora Vera Lúcia Mendonça



Vila Real, 2020

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

(A)normalidade da praxe no curso de Serviço Social
Que ligação entre os valores ensinados no curso e os valores associados
à praxe académica?

Dissertação de Mestrado em Serviço Social

Ana Beatriz Moreira Pinto

Orientação: Professora Doutora Vera Lúcia Mendonça

Composição do júri:

Vila Real, 2020

Agradecimentos

Escrever uma dissertação de mestrado é um processo árduo, difícil e demorado. Não é fácil absorver toda a informação sobre o tema em causa, como tentei sempre fazer. Não é fácil trabalhar um tema tão controverso e polémico quanto este e ouvir todo o tipo de bocas sobre isso. Não é fácil investigar algo que se quer manter em segredo. Por vezes senti que estava a tocar num tema intocável.

Foi um processo trabalhoso, que só consegui levar a cabo por ter do meu lado uma orientadora que me incentivou a fazê-lo, Dr.^a Vera Mendonça, que me deu as luzes que me permitiram chegar a isto. A ela devo a motivação para o tema e para a sua concretização. Um muito obrigada não chega para ela, que é uma verdadeira assistente social, destemida, das que luta e que não fica parada à espera que algo aconteça.

Agradeço também a todos os meus professores de licenciatura e de mestrado, que me ensinaram a ser crítica e a questionar tudo. Hoje percebo a importância disto e, sem dúvida, foi fulcral para a concretização desta dissertação de mestrado.

Um muito obrigada também a todos os meus amigos que me ouviram, me incentivaram e tantas vezes me disseram que seria capaz.

Agradeço também ao meu namorado, que foi alento, motivação e incentivo durante todo este processo.

Por último, agradeço a toda a minha família que se mostrou sempre interessada naquilo que eu estava a fazer, que torceu por mim, em particular aos meus pais e à minha irmã.

A dissertação que hoje apresento foi feita por mim com a orientação da minha orientadora, mas devo muito aos meus amigos e familiares e por isso, muito obrigada!

Para ser grande, sê inteiro: nada

Teu exagera ou exclui.

Sê todo em cada coisa.

Põe quanto és

No mínimo que fazes.

Assim em cada lago a lua toda

Brilha, porque alta vive.

(Ricardo Reis)

Índice

Introdução.....	2
Capítulo 1 - Ingresso no ensino superior.....	4
Capítulo 2 - A Praxe.....	8
A praxe e o seu poder simbólico.....	15
A praxe da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD).....	17
Capítulo 3 - Serviço Social.....	19
Capítulo 4 - Serviço Social e Praxe Académica.....	24
Capítulo 5 - Quadro Metodológico da Investigação.....	29
Observação Não Participante.....	30
Questionário.....	31
Entrevistas.....	33
Capítulo 6 - Resultados.....	34
Resultados da Observação.....	34
Resultados do questionário.....	37
Resultados das entrevistas.....	52
Capítulo 7 - Considerações finais.....	56
Limitações ao estudo.....	57
Bibliografia.....	59

Índice de Esquemas

Esquema 1 - Hierarquia da Praxe na UTAD.....	17
--	----

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Participação na praxe académica.....	39
Gráfico 2- Termos que definem a praxe para os alunos que a frequentam.....	44

Gráfico 3- Termos que definem a praxe para os alunos que não a frequentam	45
Gráfico 4- Valores do Serviço Social	46

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Hierarquia da Praxe na UTAD	17
Tabela 2 - Visão Clássica versus Visão Alternativa do Serviço Social.....	19
Tabela 3 - Relação entre os princípios e os valores do AS.....	21
Tabela 5 - O questionário como lista.....	31
Tabela 4 - Tipos de Entrevista.....	33
Tabela 6 - Participação na praxe académica por estabelecimentos de ensino superior..	38

RESUMO

A presente dissertação de mestrado tinha como principal objetivo aferir a existência de incongruências (ou não) entre os valores do Serviço Social e os valores transmitidos pela praxe académica. A praxe académica retira toda a individualidade do ser humano e exige a falta de sentido crítico do estudante de primeiro ano. O Serviço Social trabalha com os indivíduos todas as suas características e vulnerabilidades e pretende dar voz a minorias que sofram de qualquer tipo de preconceito ou injustiça social. Para isso, foram utilizados vários instrumentos de pesquisa. Inicialmente foi realizada observação em contexto de praxe académica na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, de seguida, foi aplicado um questionário aos estudantes de Serviço Social de todo o país, tendo uma participação de 315 alunos. Por fim, foram realizadas entrevistas para complementar informações do questionário. Através dos dados obtidos, pode-se concluir que existem percepções sobre a praxe académica completamente distintas, entre os alunos que frequentam e os que não frequentam a praxe académica. Relativamente às incompatibilidades entre Serviço Social e a praxe académica, nota-se uma falta de sentido crítico durante a praxe académica, como se de um contexto completamente diferente se tratasse.

ABSTRACT

The main objective of this master's thesis was to assess the existence of inconsistencies (or not) between the values of social work and the values transmitted by praxis. Praxis removes all individuality from the human being and requires the lack of critical sense of the first year student. Social work works with individuals all characteristics and vulnerabilities and aims to give voice to minorities who suffer from any type of preconception or social injustice. For this, several research instruments were used. Initially, it was made na observation in the context of praxis at Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, then, it was applied a questionnaire to social work students from all over the country, with the participation of 315 students. Lastly, interviews were made to supplement the questionnaire information. Through the data obtained, it can be concluded that there are completely different perceptions about praxis, between students who attend and those who don't attend the praxis. Relatively the incompatibilities between social work and praxis, there is a lack of critical sense during praxis, as if it were a completely diferente context.

Introdução

Nos últimos anos, vários têm sido os motivos que levam ao aumento de jovens a frequentar o ensino superior, sendo que, muitas vezes, os mesmos têm dificuldades na sua adaptação a este novo contexto (Freitas, Martins & Vasconcelos, 2003). Esta mudança na vida dos jovens implica o afastamento, frequentemente, da rede familiar e de amigos, uma rutura com uma forma de ensino secundário e a necessidade de se estabelecerem novas relações. Para além de todas estas alterações, é um período que coincide com decisões sobre a orientação dos jovens, tendo os mesmos que escolher aquilo que querem ser, implicando uma série de sentimentos, entre os quais o entusiasmo e o nervosismo.

O facto de esta mudança ser tão drástica faz com que nem todos os recém-chegados ao ensino superior se adaptem facilmente a esta nova vida, podendo levar a situações de abandono ou insucesso académico (Freitas et al., 2003).

Em Portugal, tal como em alguns outros países, entrar no ensino superior pressupõe a participação na praxe académica. A praxe académica é controversa, devido sobretudo a algumas situações que implicaram mortes em contexto dessa mesma praxe. Estes acontecimentos, como foi o caso do Meco por exemplo, gerou uma onda de revolta contra a praxe académica, por muita gente. Os seus defensores invocaram argumentos para a sua defesa, contudo a praxe continuou a ser encarada, por muita gente, como algo negativo.

Como tudo, a praxe académica tem pontos positivos e menos positivos.

O principal objetivo desta dissertação era encontrar compatibilidades e incompatibilidades entre os valores do Serviço Social e aquilo que é transmitido na praxe académica.

A presente dissertação de mestrado está dividida em seis capítulos.

O primeiro capítulo, intitulado “Ingresso no ensino superior”, é baseado em pesquisa bibliográfica e procura dar a conhecer as dificuldades que, para muitos alunos, é entrar no ensino superior.

No segundo capítulo é abordada a praxe, sendo feita a sua contextualização histórica, e explicada de forma geral o funcionamento da praxe na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, tendo por base o Código de Praxe em questão.

Num terceiro capítulo é abordado o Serviço Social, desde a sua contextualização e criação à situação atual.

De seguida, o capítulo quatro, contém uma comparação entre aquilo que é o Serviço Social e a praxe académica. Este é um capítulo de crítica, com base em vários autores.

Os dois últimos capítulos estão relacionados com a metodologia utilizada, sendo que no capítulo cinco é feita uma explicação sobre a metodologia adotada e de seguida, no capítulo seis, são apresentados os resultados obtidos através da investigação.

Capítulo 1 - Ingresso no ensino superior

Segundo Araújo e Almeida (2015) e Justino (2015), podemos considerar que se deu um alargamento da diversidade dos estudantes que hoje cursam no ensino superior, o que originou alterações significativas no que diz respeito aos perfis dos estudantes. Neste sentido, atualmente deixamos de ter uma população homogénea, maioritariamente identificada com as classes sociais mais favorecidas, a frequentar o ensino superior, como acontecia há umas décadas. Ainda assim, para Maia (2017) as classes mais favorecidas continuam a frequentar mais o ensino superior. Por outro lado, não só os alunos que acabam de terminar o seu percurso secundário ingressam neste modelo de ensino, existindo também pessoas mais velhas a fazê-lo, com o objetivo de aprofundar os seus conhecimentos e melhorar as suas condições profissionais. Para Estanque e Bebiano (2007), a democratização do acesso ao ensino superior e a massificação da universidade têm vindo a incutir novos padrões de sociabilidade e novos comportamentos no ambiente académico estudantil.

A feminização do ensino superior, a partir da década de 80, é também uma característica relevante para Maia (2017), que afirma que depois de décadas com um acesso ao ensino superior extremamente limitado, as mulheres começaram a frequentar de forma massiva o ensino superior.

A entrada no ensino superior constitui um processo de transição para os novos alunos, sendo que o processo de transição acontece “quando um acontecimento (ou ausência deste) produz mudanças a nível dos relacionamentos, das rotinas, dos papéis do indivíduo, afecta a ideia ou o conceito acerca de si e/ou do mundo em que o rodeia” (Vieira, 2013, p. 4).

No entendimento de Maia (2017), a entrada no ensino superior é extremamente valorizada em Portugal, devido à importância crescente de qualificações superiores no quadro de uma economia com base no conhecimento e na inovação. Pascarella e Terenzini (2005, citado por Araújo e Almeida, 2015) revelam que os benefícios de frequentar o ensino superior vão muito além do desenvolvimento académico ou profissional, propiciando uma melhoria ao nível das competências verbais e quantitativas, o desenvolvimento cognitivo, moral e psicossocial e contribui também para a construção de atitudes e valores.

Ingressar no ensino superior pressupõe uma transição que, inevitavelmente, implica a existência de (des)continuidades subjacentes a esta mudança (Dias & Sá, 2011).

A transição e a mudança são frequentes na vida dos indivíduos e requerem, na maioria das vezes, mudanças comportamentais, “exigindo ao indivíduo a mobilização dos recursos disponíveis, de forma a conseguir o melhor ajustamento possível entre si e as novas situações ou acontecimentos” (Pimentel, Mata & Pereira, 2012, p. 394).

Vieira (2013) selecionou uma série de desafios que são vividos pelos estudantes que ingressam no ensino superior: desenvolvimento das suas competências intelectuais, desempenho no seu percurso académico, criação de novos relacionamentos, emancipação dos pais e criação de novos hábitos e estilo de vida. Ainda para a mesma autora, o que dita o sucesso dos estudantes é a forma como esses fatores são percebidos pelos mesmos.

A transição para o ensino superior não deve ser compreendida somente como uma transição académica, mas sim como uma transição da vida (Maia, 2017). Tal como afirmam Ferreira e Fernandes (2015), esta transição é também crucial ao nível do desenvolvimento pessoal e social dos estudantes.

Para Justino (2015), as classes sociais dos estudantes influenciam as suas escolhas no que toca ao seu ingresso no ensino superior, uma vez que aqueles que pertencem a classes sociais superiores têm outra facilidade económica para mudar de cidade para estudar, ou até mesmo de país. Já os alunos que pertencem a famílias com rendimentos inferiores, embora sejam abrangidos pelo sistema de apoio social, tendem a tentar ficar o mais perto possível das suas casas, de modo a que, se possível, possam manter a sua residência, sendo esta uma forma de reduzir os custos.

A transição para o ensino superior envolve também uma série de expectativas que podem condicionar a adaptação do estudante ao novo contexto. Além das expectativas dos estudantes, existem as expectativas dos que o rodeiam face ao futuro que o mesmo alcançará. Neste novo contexto, o estudante confronta-se com vários desafios que estimulam a sua transição da adolescência para a vida adulta (Freitas, Raposo & Almeida, 2007). Tal como afirmou Vieira (2013), “a entrada para o ensino superior coincide, por norma, com a etapa da vida do jovem caracterizada pela passagem da adolescência para a adultez” (p. 2).

Não obstante todas estas alterações, o estudante depara-se com uma outra mudança que muitas vezes o pode fazer duvidar do curso em que entrou: uma nova forma de aprendizagem. Enquanto que no ensino secundário tende a existir uma relação professor-aluno mais próxima, sendo as turmas geralmente mais pequenas, no ensino superior tal não é possível. Por outro lado, também a forma como as aulas são dadas pode

ser distinta, uma vez que os estudantes deixam de ser sobretudo ouvintes, passando a ser exigido dos mesmos que construam também eles conhecimento (Freitas et al., 2007).

A entrada dos alunos na universidade é, por si só, um acontecimento que exige uma adaptação do estudante a um mundo novo, dado que muitas vezes coincide com a saída da casa dos pais, com a rutura de alguns laços de amizade e, conseqüentemente, com a necessidade de se fazer novos amigos e de se conhecer um meio/cidade novos. Esta alteração na vida dos estudantes pode ser vivida de uma forma mais ou menos intensa, contudo pressupõe sempre um desenvolvimento do aluno, o que pode gerar algum *stress* (Campos, 1993, citado por Araújo, Sampaio & Lopes, 2014).

De facto, a entrada para o ensino superior é uma mudança exigente e que, ainda que seja normal dentro do ciclo vital dos indivíduos, pode ser geradora de *stress*. Existem estudantes que não se conseguem adaptar a este novo contexto, o que leva a situações de insucesso escolar ou até mesmo abandono (Freitas et al., 2003). Segundo Ferreira et al. (2018), mais de metade dos alunos do ensino superior que abandonam os estudos são alunos do 1º ano. Este fenómeno pode ter conseqüências drásticas na vida dos estudantes, ficando mais suscetíveis ao desemprego e a empregos precários e mal remunerados, levando a que fiquem dependentes dos pais durante mais tempo.

Albuquerque (2008) desenvolveu um estudo sobre “Não abandono escolar” com os alunos não colocados na primeira opção no ensino superior em que constatou que os alunos que afirmaram tencionar sair do curso em que foram colocados, apontando frequentemente os seguintes problemas: relacionamento com os namorados, questões económicas, dificuldades nos estudos, dificuldades de adaptação à instituição e o facto de se encontrarem fora do agregado familiar.

Contudo, Rodrigues (2019) identifica fatores como a idade, a falta de objetivos bem definidos e as dificuldades mais complexas que são impostas aos estudantes do ensino superior para a sua desmotivação no meio académico. Segundo Vieira (2013), a forma como os alunos se adaptam ao ensino superior é fruto do seu ajustamento académico, isto é, define-se pela qualidade da interação estabelecida entre os estudantes e o respetivo contexto. Araújo e Almeida (2015) referem que a satisfação das expectativas dos estudantes face ao novo contexto é crucial no seu processo de adaptação.

Ao entrar na universidade, subentende-se a entrada na praxe. A praxe, segundo o Dicionário da Língua Portuguesa (2014), trata de “costumes e convenções baseados numa relação hierárquica e usados por estudantes mais velhos de uma instituição do ensino superior, de forma a permitir a integração dos mais novos no meio académico”. Já

segundo o Observatório dos Direitos Humanos (2010, p. 2), a praxe “traduz-se num conjunto amplo de tradições, rituais, usos e costumes que se praticam e repetem numa comunidade, académica ou outra, ao longo dos anos”. A praxe está relacionada com a tradição de integrar os novos alunos (intitulados de caloiros) na sua nova escola e nos costumes da mesma, acompanhando a vida do estudante (Observatório dos Direitos Humanos, 2010).

O Observatório Permanente do Abandono e Promoção do Sucesso Escolar da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Silva, Cabreira, Bessa & Cravino, 2017), concluiu que a má relação com os colegas, bem como as situações de humilhação na praxe, são fatores que levam a algumas situações de abandono escolar.

Capítulo 2 - A Praxe

No contexto do ensino superior português, a chegada à universidade pressupõe ainda a participação na praxe académica (Dias & Sá, 2013), pelo que se torna relevante contextualizá-la.

Segundo Estanque (2017) e Maia (2017), o fenómeno da praxe académica surgiu em Portugal no reinado de D. Dinis, em 1309, quando o mesmo decretou horários de estudo e recolhimento obrigatórios para os estudantes. À época, estabeleceu que seriam os estudantes mais velhos a vigiar e sancionar os estudantes que não cumprissem as normas. Ainda em 1309, o rei D. Dinis atualizou a carta fundadora da universidade datada de 1290, tendo aí estabelecido medidas que tinham como principal propósito disciplinar os estudantes.

Maia (2017) abordou também a criação do Foro Académico por D. João I no ano de 1408. O Foro Académico servia para abrigar os membros do corpo universitário das exigências da justiça civil, tendo surgido o traje académico, para fazer, de certo modo, uma distinção entre quem frequentava a universidade e quem não tinha essas possibilidades.

O Foro Académico foi abolido em 1832, dando-se a formação da Polícia Académica e é por esta altura que se formam as Trupes. Tanto a Polícia Académica como as Trupes tinham como objetivo controlar o recolher dos estudantes mais novos, com direitos de controlo e violência sobre os mesmos (Maia, 2017).

Assim, surge no século XIX o termo de praxe académica. Este fenómeno social teve início em 1957, com a publicação do Código de Praxe Académica, instituindo um determinado conjunto de práticas académicas, tendo desempenhado um papel muito importante na segunda metade do século XX, pois era uma forma de disfarçar as intervenções anti-regime. Em 1974, com a Revolução do 25 de abril, a praxe académica foi proibida – proibição essa a favor dos estudantes da esquerda radical, que consideravam que a mesma alienava os alunos da luta política. Todavia, a mesma ressurgiu no final dos anos 70, segundo Lamy (1990, citado por Dias e Sá, 2013), “quando estudantes da esquerda radical começaram a perder importância dentro das academias” (p. 23).

Maia (2017) propõe que no fenómeno da praxe podemos ver o espelho das juventudes das diferentes épocas, isto é, se na década de 60, a praxe funcionava como um mecanismo de construção identitária num quadro coletivo, atualmente “ela espelha uma

juventude em busca de referências coletivas e de sentido para o presente” (Maia, 2017, p. 33).

Estanque e Bebiano (2007) afirmam que as práticas associadas à praxe académica não são exclusivas do ensino superior, mas estão associadas historicamente também a todo o sistema escolar, explicando que as coletividades jovens, celibatárias e masculinas se comportavam de determinada forma e submetiam os mais novos à sua autoridade. Acresce também o facto de a violência ter sido – tal como o uso da régua, por exemplo – considerada como um elemento fundamental da educação.

Ribeiro (2000) entende a praxe académica como um rito de passagem, assumindo o papel de marcar uma transição entre estados sociais distintos, implicando uma transformação de estatuto e até mesmo de identidade. Ainda para a autora, “os rituais fazem a pontuação da vida social: impõem pausas, suspendem o tempo, compartimentam períodos, dispõem recomeços” (p. 38) e recobrem múltiplas situações de alteração de estado social (nascimento, puberdade, casamento, morte...). Desta forma, “a praxe dos caloiros celebra a entrada dos estudantes no grupo restrito daqueles a quem é permitido frequentar o ensino superior” (Ribeiro, 2000, p. 43).

Segundo Garcez (2019), o próprio traje académico surgiu numa época em que o acesso à universidade era apenas possível a classes sociais altas e servia para uniformizar o estudante dentro do fenómeno da praxe e, ao mesmo tempo, fazer a distinção entre os que frequentavam e os que não frequentavam o ensino superior. Cabral e Mineiro (2015) fazem uma crítica à uniformização dos estudantes participantes na praxe académica, pois consideram que o uso do traje promove a redução do indivíduo e da sua individualidade, uma vez que o seu uso pressupõe que o aluno se encontre sem acessórios pessoais.

O entrar no ensino superior coloca-nos perante dois direitos de entrada sobrepostos: o ingresso no ensino superior, fruto do esforço demonstrado no ensino secundário pelo estudante, e a entrada na comunidade dos estudantes universitários, “paga com a sujeição a ordálias impostas pelos colegas mais antigos” (Ribeiro, 2000, p. 43). Klerk (2013 citado por Mendes, 2018) entende a praxe como um conjunto de rituais que marcam a transição do aluno de um nível inferior para um nível superior hierarquicamente.

Mais recentemente, dados alguns acontecimentos, a praxe tem sido um assunto bastante debatido na comunicação social, pelo que tem gerado interesse junto de vários investigadores (Caldeira *et al.*, 2015). Segundo Mendes (2018), a praxe académica é vivida em vários estabelecimentos de ensino nos mais diversos países (Brasil, Portugal,

Estónia, Holanda, Estados Unidos da América), de formas distintas, mas prevalecendo sempre os abusos e a violência, que são usados como pretexto de integração dos membros mais recentes no ensino superior. Este é um fenómeno unidirecional, uma vez que apenas os caloiros são praxados e é temporária, pois ocorre num determinado período temporal.

Maia (2017, p.28) explica que os estudantes caloiros “sujeitam-se a um período de ambiguidade e desordem, momento de rebaixar da sua condição à de bestas/bichos/animais, onde tudo (ou quase) parece ser permitido, para merecerem chegar ao outro lado da barricada, onde voltarão a ser indivíduos de pleno direito”. Segundo Caldeira, Silva, Mendes e Botelho (2015), existem autores que consideram que a praxe pode constituir uma forma de *bullying*.

Albernaz (2016, p. 16) considera que o *bullying* no meio académico acontece sobretudo por questões de desequilíbrio de poder, de forma subtil e a sua principal forma de materialização é a linguagem – “a mesma linguagem que pode ser usada para promover socialmente um ser humano pode ser usada como forma de destruí-lo”.

Panúncio-Pinto, Alpes e Colares (2019), num estudo sobre *bullying* na universidade constataram que as situações de violência que os estudantes mais identificam no meio académico dizem respeito a violência interpessoal entre os estudantes que praxam e aqueles que são praxados. Situações de coação, agressividade, gozo e intimidação são as mais relatadas pelos estudantes que participaram neste mesmo estudo.

Ao contrário do que aconteceu no resto da Europa, em Portugal as praxes evoluíram para um estilo militar, ficando os novos alunos em sentido, a marchar, a receber ordens e insultos, sendo semelhante a uma recruta (Observatório dos Direitos Humanos, 2010).

A Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar elaborou um questionário a aplicar aos parlamentos membros do Centro Europeu de Pesquisa e Documentação com o objetivo de conhecer as praxes dos restantes países. Assim sendo, citando a Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar (2017) podemos perceber o funcionamento da praxe em vários países:

- Na Alemanha não se exerce praxe sob os estudantes mais novos. Em vez disso e de forma a integrar os caloiros, nas semanas que antecedem o início do ano letivo, as universidades disponibilizam cursos de orientação inicial.
- Na Áustria, não é comum a prática de ritos de iniciação. A única tradição que existe para os caloiros é, caso queiram participar, saltar por cima de

um avental de couro, no dia 4 de dezembro (dia de Santa Bárbara – padroeira dos mineiros).

- Na Dinamarca existem práticas de iniciação académica nos estabelecimentos do ensino superior, todavia não existe regulamentação legal neste âmbito.
- Na Eslováquia, a receção aos caloiros é feita num baile de gala organizado pelos estudantes mais velhos.
- Na Geórgia, as praxes acontecem no início do ano letivo, funcionando sob a forma de festas que têm como principal propósito dar as boas vindas aos novos estudantes e facilitar a sua integração.
- Na Macedónia não existem praxes.
- No Montenegro, cabe aos caloiros organizar uma festa de forma a se conhecerem mutuamente.

Em Inglaterra existem universidades em que o novo aluno é convidado a participar na “Welcome Week”, marcada por diversas atividades desportivas, culturais, lúdicas e políticas (Observatório dos Direitos Humanos, 2010).

No Brasil, a entrada para o ensino superior é acompanhada pelo denominado trote estudantil, que se assemelha à praxe académica vivida em Portugal e, assim sendo, também suscita polémica. Tal como acontece na praxe académica, o trote estudantil está associado a situações de violência, humilhação, mutilação, assédio sexual e evasão e só assume lugar de destaque na comunicação social quando acontecem situações graves (Silva & Silva, 2018). Os mesmos autores destacaram algumas situações de trote em que consideram também ter existido *bullying* (atos de rivalidade entre turmas com uso de apelidos pejorativos e obrigar os caloiros a publicar fotos com a frase “Sou novato burro e amo meus veteranos” nas redes sociais).

Caldeira *et al.* (2015, p. 104) consideram que as praxes se podem configurar na “possibilidade de as mesmas solicitarem uma atitude de subordinação para efeito de inclusão no grupo, mesmo que possam comportar desconforto, constrangimento, humilhação ou mesmo assédio.”. Frias (2003) citado por Mendes (2018) considera as praxes como sendo um conjunto de práticas com conteúdos humilhantes. Dias e Sá (2013), todavia, defendem que a praxe pode ser entendida como uma forma de acolher e dar suporte social aos estudantes caloiros, visando o estabelecimento de novas dinâmicas

relacionais e a promoção do sentimento de pertença na transição do ensino secundário para o superior.

Existem vários posicionamentos distintos no que toca a praxe: uns que a apoiam, percebendo-a como um meio de integração, e outros que a criticam, por entendê-la como uma forma de humilhação para os alunos mais recentes na universidade. No entender daqueles que participam nela, a praxe está associada à integração dos caloiros ao novo contexto. Todavia, na globalidade, é apresentada pelos meios de comunicação social de forma negativa (Lopes, 2011).

Araújo *et al.* (2014, p. 471) explicam que se deve percebê-la “enquanto expressão de culturas juvenis que se inscrevem nas transformações socioculturais das últimas décadas na sociedade portuguesa”. Ainda segundo os mesmos autores, há relatos de várias tipologias de alunos que frequentam a praxe: alguns consideram-na como uma forma de humilhação (“a praxe faz sentido, mas não com práticas de humilhação”), outros explicam que se tem que controlar o próprio corpo (“não podemos olhar nos olhos, temos de estar sempre a olhar para baixo”) e há também alunos que descrevem que o seu posicionamento na praxe condiciona a forma como participam nas atividades (“passamos o dia inteiro a levantar-nos e a ajoelhar-nos”).

Oliveira, Villas-Boas & Heras (2016) referem que, na praxe, os caloiros e caloiras são submetidos grupalmente a experiências humilhantes de forma a fomentar a criação de laços de amizade entre eles, que servirão de alicerces para os seus percursos académicos.

Os alunos que defendem a praxe, consideram que esta “constitui um património, uma tradição e um conjunto de práticas consideradas indispensáveis à integração dos novos estudantes nas universidades” (Correia *et al.*, 2018, p. 72). Ainda no mesmo trabalho de investigação, podemos ler que os que são desfavoráveis à praxe a veem como práticas associadas ao culto do conformismo e de atos gratuitos de exercício de poder e domínio dos mais velhos para com os mais recentes membros da universidade – os caloiros.

Aquilo que parece consensual entre os que são a favor e os que são contra a praxe, segundo Estanque (2016), citado por Correia *et al.* (2018), tem a ver com a condenação de atos de violência. No entanto, entendem estes atos de violência de uma forma diferente: os que são a favor da praxe consideram estes atos como os exageros na praxe, enquanto que os que se posicionam contra a praxe os percebem como atos próprios da praxe, como se fizessem parte da natureza da mesma.

A praxe, atualmente, tem sido tema por várias razões, todavia, quase todas representam aspetos negativos. No entanto, Estanque (2017) afirma que em Portugal há ainda muita aderência à mesma. Segundo o mesmo autor, num estudo internacional recente há dados alarmantes referentes à praxe e às suas implicações para os jovens estudantes, dado que esse estudo revelou que 73% dos jovens portugueses inquiridos afirmou ter sofrido alguma praxe pesada, 59% disse que estas praxes trouxeram consequências psicológicas às suas vidas e 20% revelou que a praxe foi um dos motivos que fez com que abandonassem os estudos.

Num estudo feito por Lopes (2011), pode-se perceber que a característica que mais se atribui à praxe académica, por estudantes que a vivenciam, é “unidos”. Todavia, a terceira característica mais apontada é “submissos” e a frase “consideram-se superiores” está em décimo lugar, com 11% dos estudantes incluídos no estudo a usarem esta referência. Num outro estudo de Loureiro, Frederico-Ferreira, Ventura, Cardoso e Bettencourt (2009), numa amostra de 92 alunos indagados sobre a praxe académica, 89 responderam terem sido praxados e 68 responderam que a mesma teria de ser revista, de forma a receber melhor os alunos.

A praxe é geralmente definida e apontada como algo negativo. Oliveira *et al.* (2016) optaram por associar o termo assédio moral a este ritual académico, considerando que as dinâmicas da praxe se assemelham a situações de violência psicológica em contexto laboral. Para os mesmos autores, a relação entre quem praxa e os caloiros é semelhante a uma relação autoritária entre patrão e empregado. É, deste modo, uma relação de poder, em que quem tem mais estatuto é quem tem mais matrículas efetuadas no ensino superior.

Yinan (2017) afirmou que a praxe em Portugal se assemelha a um treino militar, dado que os alunos recém-chegados à universidade obedecem a instruções rigorosas e vozes de comando emitidas por aqueles que exercem a praxe, pois estes têm o privilégio de impor ordem face aos mais novos, favorecendo abusos de poder.

Gomes e Ribeiro (2012) num estudo sobre os discursos associados à praxe académica fizeram uso de alguns excertos proferidos pelos alunos da Universidade do Minho. Desse estudo, como elogios a esta tradição académica, podemos observar discursos que a tomam como um acontecimento louvável e até mesmo imprescindível à sua integração, como um motivo de orgulho e como o melhor momento na vida de um estudante universitário. Ainda com base no mesmo estudo, pode-se perceber que a mesma está associada ao espírito académico e é uma tradição que se deve manter. Para Gracez

(2019), o facto de os estudantes participarem na praxe académica fomenta o seu orgulho em pertencer ao seu curso e à sua instituição.

Não obstante estas caracterizações positivas sobre a praxe, existem também outro tipo de posicionamentos, que a consideram como sendo primitiva e fascista, afirmando que a mesma é exercida num clima de tensão e, como tal, que deve acabar. Ainda relativamente ao facto de a mesma ser vista como uma tradição, há estudantes que consideram que o facto de ser uma tradição não deve ser motivo para continuar a existir, pois, se os valores mudam, também devem ser adaptadas as tradições (Gomes & Ribeiro, 2012).

Segundo a Comissão de Educação e Ciência (2008), a praxe académica continua a ser entendida por muitos como parte integrante do património cultural das instituições do ensino superior. Por conseguinte, sendo caracterizada por um conjunto de práticas que remetem para as vivências de estudantes do ensino superior em gerações passadas, a praxe possui um valor intrínseco que faz com que seja entendida como património (Direção Geral do Ensino Superior, 2017).

Quando se trata de abordar este assunto, também os professores têm algo a dizer, uma vez que, muitas vezes, a mesma perturba o normal funcionamento das suas aulas. Alguns professores da Universidade do Minho expuseram os seus pontos de vista, explicando que os alunos do primeiro ano faltam muito às aulas, atribuindo a culpa destas faltas à praxe académica. A acrescentar a esta situação, queixam-se também do barulho das praxes, que fazem com que tenham de se esforçar mais para que os alunos que vão às mesmas os possam ouvir (Gomes & Ribeiro, 2012).

Martins (1993) também abordou as queixas dos docentes relativamente à praxe. Segundo o mesmo, os docentes fazem alusão ao facto de que a mesma se prolonga durante demasiado tempo e que, no seu decorrer, a universidade é praticamente incapaz de funcionar, havendo interrupções de aulas e pouca participação ativa dos alunos nas aulas.

A legitimação da praxe é fruto da ausência de alternativas à mesma, atribuindo-lhe tanto valor e soberania (Cabral & Mineiro, 2015).

A Resolução da Assembleia da República n.º38/2016 é a prova da preocupação que tem existido sobre este tema, vindo recomendar ao Governo uma série de ações: promoção da realização de um estudo sobre a realidade da praxe em Portugal, elaboração de um manual de boas práticas e um folheto sobre a praxe, que deveria ser distribuído aquando das matrículas nas várias instituições do ensino superior, ações de sensibilização contra a praxe violenta e abusiva, prossecução de uma medida pedagógica que defenda

os estudantes na sua decisão de participar ou não na praxe, reforço dos mecanismos de responsabilização e denúncia no que toca às situações violentas e abusivas, realização de atividades lúdicas e formativas como forma de integração dos novos alunos ao novo contexto e criação de um gabinete de apoio à integração académica.

No seguimento desta resolução, Mineiro (2016) escreveu uma crónica que publicou no Jornal Público, onde proferiu que para que as medidas propostas se apliquem é urgente que as direções das instituições de ensino superior e o movimento estudantil, no seu conjunto, assumam a sua responsabilidade. Para o mesmo, é necessário um esforço muito maior do que aquele que tem existido no sentido da criação de alternativas à praxe académica, de modo a que os estudantes se sintam preenchidos com outras formas de socialização entre eles. Concluindo, o autor propõe que é tarefa urgente substituir a verticalidade, a hierarquia e o sentido de obediência da praxe pelos valores da horizontalidade, do companheirismo e da igualdade.

A praxe e o seu poder simbólico

Maia (2017) defende que a praxe deve ser entendida como um fenómeno social total, uma vez que é algo complexo e que pode assumir várias formas, decorre em vários contextos (lúdicos, festivos, políticos...), implica um grande leque de indivíduos e é regida por relações hierárquicas e de poder. Segundo Revez (1999), uma das modalidades do poder é o micro-poder, que ocorre no seio de uma micro-sociedade, que no caso será a comunidade académica, e, para o mesmo autor, é esta a modalidade de poder existente na praxe académica.

A praxe é organizada por um sistema de papéis, consagrando deveres, competências e direitos para cada nível hierárquico, pelo que o desempenho de cada membro da praxe académica depende da regulamentação geral que ordena, inteligibiliza e organiza as condutas, os rituais e as cerimónias (Revez, 1999).

O poder simbólico é “um poder de construção da realidade” invisível que se alimenta da ignorância perante a submissão (Marinello, Santos & Borim-de-Souza, 2018). Para Bourdieu (1989, p.145), o poder simbólico significa:

Poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou transformar a visão do mundo, e deste modo, a ação sobre o mundo,

portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isso significa que o poder não reside nos sistemas simbólicos em forma de uma *'illocutionary force'*, mas que se define numa relação determinada — e por meio desta — entre os que exercem o poder e os que lhes estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e reproduz a crença. [...] o poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer irreconhecível, transfigurada e legitimada das outras formas de poder.

Frias (1998) explica que o termo praxe se refere ao conjunto de práticas culturais coletivas, dos usos e costumes tradicionais, escritos ou não, que os estudantes fazem em comum.

Para Revez (1999), o poder é comumente entendido como violência e coerção. Citando Galbraith, explica que o poder pode ser exercido através de três instrumentos: o poder cognitivo (punitivo), compensatório e condicionado, sendo que os dois primeiros implicam que haja uma submissão consciente e o terceiro conduz a uma submissão não consciente ou que não se reconhece.

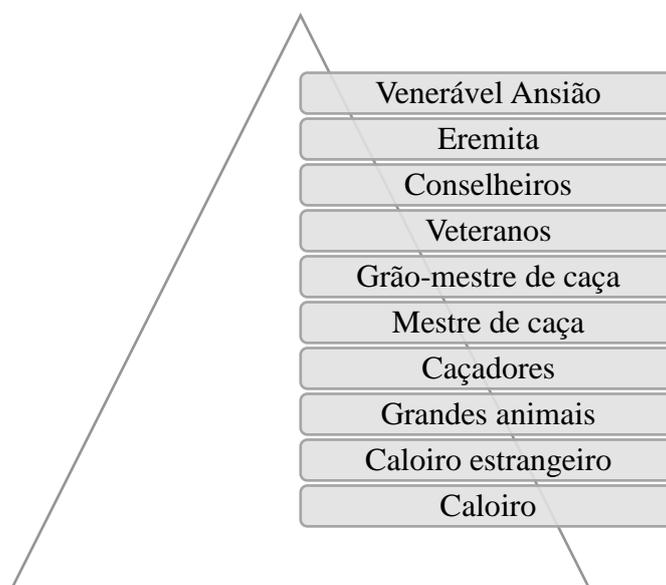
A praxe é um fenômeno social multidimensional que apresenta uma dimensão social, uma vez que contém um conjunto de códigos, simbolismos e práticas instituídas que contribuem para a diferenciação social e valorização de cada academia (Ribeiro, 2000; Silva, Estanque, Mineiro, Sebastião & Lopes, 2019). Hughes (1984), conforme citado por Silva *et al.* (2019), explica que podemos pensar a praxe como sendo uma instituição bastarda, ou seja, “uma estrutura social durável, tolerada mas não totalmente

legitimada” (p. 442). Para Silva *et al.* (2019), a praxe pode também ser um refúgio estudantil, numa transição instável e complexa para a idade adulta, surgindo como um modo de sociabilidade previsível e um vínculo a um grupo diferenciado, como forma de contrariar a imprevisibilidade do futuro.

A praxe é regida por relações de poder, estabelecida nos códigos de praxe das universidades, havendo estudantes que se comprometem mais com a mesma e outros que não lhe atribuem tanta importância (Silva *et al.*, 2019).

A praxe da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD)

Tal como em muitas outras universidades portuguesas, a praxe assume muito significado entre os alunos da UTAD. Como tal, como forma de reger a praxe académica, existe um Código de Praxe, que aborda vários temas referentes a este fenómeno social. No mesmo, é estabelecida uma hierarquia da praxe, que passo a descrever.



Esquema 1 - Hierarquia da Praxe na UTAD (construção própria)

Estabelecida já a hierarquia, na seguinte tabela é explicado o que compete a cada um. Ressalvo que tudo aquilo que se encontra citado na tabela foi retirado do Código de Praxe da UTAD.

Tabela 1 - Hierarquia da Praxe na UTAD

Venerável Ansião	“entidade soberana da praxe e a eles todos devem obediência”.
-------------------------	---

Eremita	“todos aqueles que já desempenharam o cargo de Venerável Ansião”.
Conselheiros	O Venerável Ansião terá de escolher cinco conselheiros aquando da sua eleição, para que, quando não estiver em condições de exercer o seu cargo, possa delegar aos mesmos as suas competências.
Veteranos	“à sexta matrícula do ensino superior”; “máximos expoentes da arte de bem praxar”; “têm na praxe poderes quase ilimitados”.
Grão-mestre de caça	“cinco matrículas no seu cartão de estudante”.
Mestre de caça	“quatro garbosos carimbos no seu cartão de estudante”.
Caçadores	“à terceira matrícula”; “só agora o sabor da praxe lhes é dado a provar”.
Grandes animais	“duas matrículas no seu cartão de estudante”; “Este conjunto de amorfos, ainda de cueiros e exalando um cheiro intenso a leite”.
Caloiro estrangeiro	Aqueles que fazem a sua primeira matrícula na UTAD, mas que já têm pelo menos uma matrícula num outro estabelecimento do ensino superior português.
Caloiro	“amalgama de desgraçados, a que se dá o nome genérico de Bichos.”; “a reles condição de caloiro perdura até à chegada de novos caloiros”.

Como é possível perceber pela hierarquia da praxe, aquilo que atribui mais estatuto aos membros da praxe é precisamente as matrículas efetuadas no ensino superior, não fazendo qualquer referência ao aproveitamento que foi tido nas mesmas. Assim, o poder dos estudantes mais antigos é inseparável desta hierarquia (Silva *et al.*, 2019, p. 444).

Capítulo 3 - Serviço Social

Na origem do Serviço Social, que é dada como sendo na Idade Média, este tinha como principal missão a caridade. Não obstante esta origem, importa esclarecer que a constituição do Serviço Social como profissão é relativamente recente, estando a solidariedade e justiça social à responsabilidade da Igreja até há umas décadas (Lopes, 2015).

Lopes (2015) fez uma breve análise da institucionalização do Serviço Social de que me servi para este capítulo. Segundo Mouro (2001) citado pela autora, pode-se dividir a constitucionalização do Serviço Social em sete fases: emergência social (1890-1898), institucionalização (1897-1937), legitimação (1917-1930), qualificação (1930-1960), sincretismo (1960-1965), reidentificação (1965-1970) e afirmação (a partir de 1970).

Em 1917, Mary Richmond, com a sua obra intitulada Diagnóstico Social, definiu um “conjunto de procedimentos para orientar a prática dos assistentes sociais, rejeitando-se o senso comum em detrimento da cientificação da prática” (Lopes, 2015, p. 23). Esta foi uma autora fundamental no Serviço Social Clássico, sendo o mesmo de natureza conservadora e enquadrado nas correntes funcionalistas (Lopes, 2015).

A primeira grande quebra ao Serviço Social Clássico deu-se a partir do momento em que se passaram a considerar três dimensões da intervenção social (micro, meso e macro), inaugurando o Serviço Social Alternativo (Lopes, 2015).

Amaro (2012) fez uma distinção entre o Serviço Social Clássico e o Serviço Social Alternativo.

Tabela 2 - Visão Clássica versus Visão Alternativa do Serviço Social, segundo Amaro (2012) citado por Lopes (2015)

	Serviço Social Clássico	Serviço Social Alternativo
Finalidade	Coesão social	Justiça Social
Objetivo	Regulação	Mudança
Objeto	Indivíduo	Estrutura
Papel	Adaptador	Emancipador
Assistente Social	Agente do bem; Tecnocrata	Agente da mudança; Messiânico
Abordagem Metodológica	Tripartida: caso, grupo, comunidade	Integrada

Foco de Intervenção	Orientação para a pessoa	Orientação política
Desempenho Profissional	Neutralidade	Militantismo
Campo Paradigmático	Funcionalista/Interpretativista	Humanista/Estruturalista
Função	Assistencialismo	Empoderamento
Resultado	Relações de dependência	Autodeterminação individual

Em Portugal, o Serviço Social emergiu num regime ditatorial e tinha como principal função melhorar as condições de vida dos mais necessitados e, paralelamente, controlá-los e estar atentos aos mesmos (Carvalho & Pinto, 2015). Podemos, desta forma, considerar que o surgimento do Serviço Social se deu antes da criação da profissão de assistente social (Lopes, 2015).

O Serviço Social é uma disciplina da área das ciências sociais e humanas e é direcionada para a intervenção social. Aquando da institucionalização do Serviço Social em Portugal, esta era uma profissão que tinha como finalidade melhorar a qualidade de vida dos “pobres”. À época, esta era uma profissão associada às mulheres, fruto das desigualdades entre homens e mulheres (Carvalho & Pinto, 2015).

Ainda segundo as mesmas autoras, a profissão de assistente social só começou de facto a estar institucionalizada na sociedade portuguesa a partir do momento em que se começaram a formar assistentes sociais em Portugal. A primeira escola de Serviço Social surgiu em Coimbra, em 1937. O curso era organizado em três anos e a formação curricular assentava em três grandes temas: educação social, medicina social e o exercício da prática em instituições de cariz social.

Segundo Amaro (2012), a profissionalização do Serviço Social veio dar resposta à necessidade de correção de desequilíbrios e de execução de um projeto de justiça social.

O Serviço Social serve-se das políticas sociais como mercado de trabalho, sobretudo, ao nível da sua implementação. Ainda assim, podemos considerar como uma função do assistente social a formulação de algumas políticas, de ordem social (Guerra, 2000).

Segundo Carvalho, Vicente, Silva e Garcia (1996), o processo de institucionalização do Serviço Social acompanhou de perto a expansão da cidadania em Portugal. A atuação dos assistentes sociais, ainda que não constitua a cidadania, podemos considerar ser promotora da mesma. Para Martinelli (2004) citado por Cordeiro e Martins

(2013), as profissões são construções sociais e vão-se alterando conforme se alteram as sociedades, pelo que nunca estão prontas ou definidas, estão em constante mudança.

Carvalho (2016) refere que o Serviço Social se preocupa com a questão da desigualdade, orientando o seu trabalho para os grupos maioritariamente mais discriminados: gays, lésbicas, idosos, vítimas de violência, doentes e pessoas mais desfavorecidas monetariamente.

Tabela 3 - Relação entre os princípios e os valores do AS

VALOR	PRINCÍPIO
Serviço	O Serviço Social responde aos problemas sociais das pessoas mais necessitadas.
Justiça	Cabe aos assistentes sociais serem contra todas as formas de injustiça social.
Relações Humanas	Os assistentes sociais devem reconhecer a importância das relações humanas no Serviço Social.
Integridade	Os assistentes sociais devem agir de modo a assegurar a confiança e honestidade.
Competência	Cabe aos assistentes sociais agir da melhor forma de acordo com as funções que lhe competem.

Em 2014, em Melbourne, foi aprovada pela Federação Internacional dos Assistentes Sociais (FIAS/IFSW) uma definição de Serviço Social, que passo a apresentar.

O Serviço Social é uma profissão de intervenção e uma disciplina académica que promove o desenvolvimento e a mudança social, a coesão social, o empowerment e a promoção da Pessoa. Os princípios de justiça social, dos direitos humanos, da responsabilidade coletiva e do respeito pela diversidade são centrais ao Serviço Social. Sustentado nas teorias do Serviço Social nas ciências sociais, nas humanidades e nos

conhecimentos indígenas, o Serviço Social relaciona as pessoas com as estruturas sociais para responder aos desafios da vida e à melhoria do bem-estar social (Associação dos Profissionais de Serviço Social, 2018, p. 5).

Segundo o Código Deontológico dos Assistentes Sociais, os valores do Serviço Social são a dignidade humana (“promoção da pessoa em processos de capacitação de modo a atuar de forma livres e responsável” (APSS, 2018, p. 8)), a liberdade (“consiste na possibilidade de se concretizarem alternativas, podendo desenvolver-se ações de realização humana, desde que não prejudiquem o outro (APSS, 2018, p.8)) e a justiça social (“satisfação das necessidades humanas fundamentais, através de uma distribuição equitativa dos recursos materiais” (APSS, 2018, p.9)). Ainda no entender do mesmo documento, podemos identificar cinco princípios éticos que devem reger as ações dos assistentes sociais: direitos humanos, responsabilidade coletiva, integridade profissional, confidencialidade profissional e sustentabilidade do ambiente e da comunidade. Para a realização deste trabalho de investigação, centrar-me-ei nos direitos humanos, de modo a relacioná-los com a praxe académica.

A defesa dos Direitos Humanos pressupõe:

- a) Respeitar incondicionalmente o valor de cada pessoa e a sua integridade, reconhecendo a diversidade e especificidades culturais, étnicas, orientação sexual, entre outras;
- b) Ser intolerantes com a discriminação negativa, com base em características tais como idade, cultura, género, estado civil, estatuto socioeconómico, opiniões políticas, cor da pele, raça ou outras características físicas, orientação sexual ou crenças espirituais e religiosas, tendo a responsabilidade de a denunciar;
- c) Respeitar o direito à autodeterminação; promovendo a participação e o direito de cada pessoa à liberdade de realizar as suas próprias escolhas e tomada

de decisões, independentemente dos valores e opções de vida do profissional, desde que não ameacem os direitos e interesses legítimos de terceiros;

d) Identificar e desenvolver competências em todos os indivíduos, grupos e comunidades e potencializar a independência e a autonomia dos mesmos, promovendo as suas capacidades de mudança e a realização de direitos;

e) Fazer cumprir os direitos humanos aos níveis da relação face a face, da interação entre pessoas e as instituições e na conceção e implementação de políticas sociais;

f) Promover a igualdade de tratamento no acesso a condições de vida básicas para todas as pessoas, com particular atenção para aquelas em situação de vulnerabilidade;

g) Contribuir para o bem-estar físico, psíquico, psicológico, emocional e espiritual de todas as pessoas com quem trabalha, considerando os seus contextos familiares, comunitários, sociais e ambientais;

h) Conhecer e fazer respeitar as orientações e documentos emanados a nível nacional e internacional e respetivos mecanismos de reclamação, orientados para a melhor salvaguarda dos direitos humanos;

i) Promover a Paz. (APSS, 2018, p. 10)

Para Albernaz (2016), a Declaração dos Direitos Humanos é um dos fundamentos do trabalho. Segunda a mesma autora, é desafiante elevar a consciência dos seres humanos, de forma a que os mesmos respeitem regras simples que facilitam a convivência social.

Capítulo 4 - Serviço Social e Praxe Académica

Definindo praxe como um “conjunto amplo de tradições, rituais, usos e costumes que se praticam e repetem numa comunidade” (Observatório dos Direitos Humanos, 2010), seja ela académica ou outra, a mesma está intimamente ligada à tradição que existe de integrar os novos alunos na sua nova escola.

Contudo, acontece que se tem vindo a usar a praxe como forma de gozar com os novos alunos (denominados, comumente, por caloiros). O “gozo ao caloiro” implica práticas por parte dos alunos mais velhos de modo a humilhar os mais novos (Observatório dos Direitos Humanos, 2010).

Citando o Observatório dos Direitos Humanos (2010), o ensino superior deve servir para valorização humana e social e sucede que o exercício da praxe pretende a despersonalização, com o propósito de transformar pessoas em números, para facilitar o seu uso como objetos. Tal como se poder ler no Código de Praxe da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (p. 9), “o caloiro não tem voz ativa” e no preâmbulo do mesmo documento pode ler-se “Os praxadores têm sempre razão”.

Deste modo, sendo que os caloiros se limitam a cumprir ordens vindas dos alunos mais velhos, tal como explica Yinan (2017), é importante perceber a liberdade que é dada aos chamados caloiros. Segundo a Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos” (artigo I) , “Toda a pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie” (artigo II) e “Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante” (Artigo V).

Gomes e Ribeiro (2002) no seu estudo sobre os discursos existentes sobre a praxe académica, por parte de docentes e discentes, expuseram o relato de um professor que já havia escrito uma declaração em nome da sua filha, para efeitos de dispensa à praxe académica, alegando mesmo razões de saúde, que não eram reais, para que a mesma não fosse castigada por não participar na praxe. Desta forma, de acordo com (Revez, 2000, citado por Jacinto, 2015, p. 34), “a grande maioria dos caloiros não escolhe livremente submeter-se à praxe, chegando mesmo a garantir que ninguém lhes informa da possibilidade de recusarem a praxe sem serem sujeitos a retaliações”.

Segundo André (2011, p. 39), “a liberdade é para ser exercida mas salvaguardando a igualdade”. Assim sendo, é necessário repensar a forma como as pessoas são livres de participarem ou não nesta tradição académica.

Os estabelecimentos de ensino têm a obrigação de formar bons profissionais, mas é fulcral não descorar o seu contributo para a “formação de cidadãos defensores de valores sociais, morais e éticos” (Observatório dos Direitos Humanos, 2010, p. 6).

Assim, segundo o Observatório dos Direitos Humanos (2010), as instituições de ensino superior devem oferecer alternativas à praxe académica que facilitem a integração dos novos alunos, uma vez que este é um processo de adaptação exigente por coincidir frequentemente com o afastamento do seu meio familiar. Vieira (2013) afirma que é obrigação da universidade assegurar uma resposta que promova a integração dos novos alunos como alternativa à praxe académica.

A praxe académica é exercida com base em relações de poder com a sua hierarquia própria, em que os alunos quanto mais matrículas têm na universidade mais poder têm perante os alunos mais novos. Assim, exercem um poder punitivo perante aos alunos mais recentes na universidade, podendo ser considerado como dominação (Direção Geral do Ensino Superior, 2017). Citando Cabral e Mineiro (2015), os caloiros são chamados, na praxe académica, de bichos ou bestas, por oposição a ser humano, não tendo qualquer valor na praxe.

Ainda sobre a praxe académica, segundo o Observatório dos Direitos Humanos (2010), verifica-se que, por vezes, há situações que remetem para a prática de crimes puníveis pelo código penal, como é o caso de ofensas à integridade física, coação e violência psicológica.

Sendo o Serviço Social uma profissão orientada para a luta pelos direitos, é importante perceber se os direitos humanos estão garantidos no exercício da praxe académica. Para André (2011), as práticas dos assistentes sociais devem ter em vista a integração dos indivíduos e a luta pela sua liberdade e, como tal, é imprescindível que esses valores sejam apreendidos aquando da formação em Serviço Social.

Neste âmbito, embora haja um alegado consentimento por parte dos estudantes caloiros, muitas vezes os mesmos não estão conscientes da sua liberdade, bem como dos seus direitos (Observatório dos Direitos Humanos, 2010). Para Jacinto (2015), existe uma forte tendência dos adolescentes para fazerem aquilo que a maioria faz, o que não significa que se identifiquem com isso, mas sim por acreditarem que o serem aceites posteriormente contribuirá de forma positiva para minimizarem a sua ansiedade na nova fase da sua vida que é, no caso, a entrada no ensino superior. Além disso, a pressão para se participar na praxe é muita, com argumentos persuasivos que vão desde o “toda a gente

vai”, “lá é que se fazem amizades” e “não vestirás o traje se não participares na praxe” (Cabral & Mineiro, 2015).

Segundo Cabral e Mineiro (2015) e acrescentando teor a estas situações de persuasão, desistir da praxe é um processo difícil, podendo ser exigido ao novo aluno uma declaração em como o mesmo é anti-praxe e, como é evidente, ser anti-praxe tem as suas consequências, por exemplo, não poder ser batizado, queimar as fitas e usar o traje académico. Alexandre (2017) descreveu mesmo que, em algumas instituições de ensino superior, são afixados em local público os nomes de todos aqueles que se declarem anti-praxe e deixam de poder participar em todos os atos académicos e de usar o traje académico.

Relativamente às opiniões sobre a praxe académica, não são bem aceites quando proferidas por alguém que não tenha participado na mesma, revelando isto o quanto o sistema é fechado e conservador. Deste modo, podemos perceber que a praxe funciona de forma completamente oposta ao que deveria acontecer no ensino superior, ou seja, não cumprem os objetivos da universidade que deveria ser “um espaço de análise” e crítica (Cabral & Mineiro, 2015, p. 21).

Sabendo que é prioritário, no Serviço Social, respeitar a individualidade de cada um, é importante pensar se é aceitável que futuros assistentes sociais compactuem com o que a praxe faz - “tornar os estudantes diferentes inferiorizando uma parte deles; e, simultaneamente, torná-los iguais, descaracterizando-os no seu conjunto” (Cabral & Mineiro, 2015, p. 30).

Relacionando o Serviço Social com a praxe académica, podemos ainda observar outras discrepâncias. O Serviço Social é uma profissão orientada para a defesa dos direitos das minorias e grupos mais frágeis da nossa sociedade, como é o caso dos homossexuais, por exemplo (Carvalho, 2015). Todavia, o que se observa na praxe académica é uma total desvalorização desse grupo, uma vez que, nos cânticos e nos jogos, os homens são todos heterossexuais e dominadores. Uma forma de insulto na praxe, aquando de despiques entre cursos, é apelidar os adversários de *gays*, *paneleiros* ou *rabetas* (Cabral & Mineiro, 2015). Deste modo, a praxe pode ser considerada como sexista. Como insulto na praxe académica, é também costume ouvir “Tens a pila murcha” e “Tens a rata seca”, consoante o sexo das pessoas a quem se dirige o insulto.

Segundo Vieira (2013), também é atividade própria da praxe mandar os caloiros representar posições sexuais em pública e esta situação pode ser potenciadora de humilhação, vergonha, constrangimento, receio e ansiedade.

Na praxe académica, cada curso tem, por norma, os seus cânticos. Na lista dos cânticos do curso de Serviço Social da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, pode ler-se na música número um “E se nos vieres criticar | Podes já virar o cu”. Este é somente um exemplo que demonstra também o quão sexista é a praxe no curso de Serviço Social (Anexo 5).

A acrescentar ao facto de ser sexista, a praxe académica prevê que o caloiro tem a obrigação de servir os seus praxadores, como se pode ler nos deveres do caloiro no Código de Praxe da UTAD (2015, p. 6), “Fazer de sopeiro em qualquer refeição (e com um sorriso nos lábios)”.

O Serviço Social é uma profissão que condena atos de violência, sejam eles do modo que forem e a violência, sobretudo a verbal, está associada à praxe académica. A violência verbal é aquela que “atinge os indivíduos através da combinação de palavras ofensivas, embutidas de preconceitos e de discursos não humanísticos” (Nunes, Tureck & Pesce, 2019, p. 309). Neste sentido, segundo os mesmos autores, nenhum discurso que tenha por base a violência, seja ela da forma que for, deve ser aceite no quotidiano escolar.

No Código de Praxe da UTAD (2015), está prevista também a praxe domiciliária, que normalmente ocorre em casa dos praxadores. Para que a mesma possa ocorrer, é obrigatória a presença de, pelo menos, cinco caloiros.

Outro aspeto relevante na praxe académica é a forma como os caloiros se dirigem aos estudantes mais velhos, chamando-os de doutores e não podendo encará-los, pois é norma da praxe os caloiros estarem sempre com a cabeça virada para o chão (Cabral & Mineiro, 2015). A apresentação dos caloiros na UTAD, que os mesmos devem saber de cor, é obrigatória e trata por “reles e humilde caloiro” o novo estudante (Anexo 4).

Eu, reles e humilde caloiro, de graça [primeiro nome], de gracinha [apelido], de graçola [nome de praxe], do ano de colheita de [ano de nascimento], da pocilga de [local de residência] venho frequentar o Mui Nobre curso de Serviço Social, na Mui nobre academia de Trás-os-Montes e Alto Douro, na Mui nobre cidade de Vila Real.

Outra oposição entre o Serviço Social e a praxe académica é a falta de pensamento crítico do caloiro, dado que para o Serviço Social, por ser uma profissão de luta por diversas causas, é imprescindível estimular o pensamento crítico dos seus alunos.

À praxe académica é comumente associado o termo união. Contudo, o que se verifica é que há uma grande rivalidade na praxe entre cursos, centrados numa sobrevalorização do curso que vai a confronto, com insultos àquele que vão confrontar. Desta forma, podemos perceber que a praxe académica não promove o contacto e o cruzamento entre cursos (Cabral & Mineiro, 2015). Nas músicas do curso de Serviço Social da UTAD (música número quatro), vemos insultos aos cursos de engenharia, gestão e desporto “Engenharia que porcaria | Gestão que aberração | Desporto resultou de um aborto” (Anexo 5).

Capítulo 5 - Quadro Metodológico da Investigação

Com as alterações que a sociedade tem experienciado tem vindo a surgir uma nova profissão: a de investigador, e tal situação tem-se verificado também no Serviço Social (Carvalho, 2016). Ser um bom investigador exige algumas qualidades como ambição e motivação, curiosidade e competência, criatividade e intuição, bom senso, determinação e perseverança e disciplina e método.

Para investigar, em ciências sociais, é necessário, numa fase inicial, desenhar objetivos de pesquisa. Estes objetivos devem-se tornar questões de estudo para, assim, se perceber o que se quer estudar concretamente. Na escolha destas questões é fundamental que se tenha em atenção o tempo disponível para realizar o trabalho (Freitas & Moscarola, 2002).

Definida por Bourguignon (2019) como “o conjunto de procedimentos a serem trabalhados para se chegar ao conhecimento desejado com segurança e de forma coerente com o referencial teórico adotado pelo(a) investigador(a)” (p. 89), a escolha metodológica é parte central da investigação.

A pesquisa pode ser qualitativa ou quantitativa. A pesquisa qualitativa aborda aspetos não quantificáveis, como valores, sentimentos, crenças, costumes e práticas, sendo possível perceber o modo de vida dos sujeitos (Bourguignon, 2019). Por sua vez, a pesquisa quantitativa dá-nos dados quantificáveis - quantitativos, mensuráveis, estatísticos e contagens/medidas (Lima, Almeida, Stevão & Miranda, 2009). A natureza da pesquisa utilizada depende dos problemas a que o investigador pretende dar resposta (Uzcátegui & Tauchen, 2018).

Rich e Ginsbug (1999) e Yin (2008) citados por Silva, Russo e Oliveira (2018), formularam questões que se enquadram na pesquisa qualitativa, tais como “Como?”, “Porquê?” e “O que causa?”, e questões do domínio quantitativo, como por exemplo “O que?”, “Quando?” e “Quantos?”.

Na pesquisa social, é especialmente relevante conhecer as razões e os motivos que dão sentido às atitudes dos sujeitos nas suas interações, daí a valorização da abordagem qualitativa em ciências sociais (Fraser & Gondim, 2004). Assim, “o essencial não é quantificar e mensurar e sim captar significados” (Fraser & Gondim, 2004, p. 142).

Com a situação de pandemia que se tem vivido, derivado ao vírus Covid 19, as aulas presenciais na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro foram canceladas

pouco depois do início do segundo semestre. Assim, a escolha metodológica foi adaptada às novas condições e as entrevistas não puderam ser realizadas presencialmente.

Para a concretização do presente trabalho de investigação, optou-se por uma metodologia mista – qualitativa e quantitativa -, da qual farão parte a aplicação de questionários, a observação e as entrevistas.

Observação Não Participante

A observação foi fulcral para a realização desta dissertação e, portanto, torna-se importante defini-la. Neste sentido, Dias (2009) distinguiu duas formas distintas de observar: a observação não participante (passiva) e a observação participante (ativa).

A forma de observação que não implica a participação por parte do pesquisador é “aquela em que o observador observa um grupo de forma distanciada, sem se integrar na vida deste” (Dias, 2009, p. 178).

Correia (2009) definiu a observação participante como uma técnica realizada em contacto direto com o objeto de estudo, de forma prolongada e frequente, pelo que o investigador é o próprio instrumento de pesquisa. Marietto (2018) acrescentou que o objetivo do investigador quando recorre a esta técnica é produzir uma descrição densa e aprofundada da interação social em ambientes naturais.

Assim, caracterizada por interações sociais intensas, a observação participante permite a apreensão do real, uma vez que se reúnem aspetos essenciais em campo (Correia, 2009).

Esta técnica insere-se no domínio da pesquisa qualitativa, uma vez que tem como principal objetivo perceber o modo de vida dos sujeitos.

Para a elaboração desta dissertação de mestrado, a observação escolhida foi a não participante. De certo modo, optei por ser um observador completo, caracterizado por Marietto (2018) como o observador que não participa de modo algum no contexto social do grupo. Esta escolha deve-se ao facto de temer que o facto de me integrar no grupo e explicar o motivo pelo qual o estaria a fazer pudesse interferir nos comportamentos do grupo.

A observação foi realizada em momentos de praxe académica na Praça do Município de Vila Real, às quartas-feiras à noite.

Questionário

A elaboração do questionário deve ser pensada de acordo com os objetivos traçados e com as grandes questões da investigação. A tabela que se segue foi elaborada com base em Freitas e Moscarola (2002).

Tabela 4 - O questionário como lista

O QUE DESEJAMOS SABER?			
Identidade	Comportamento	Motivo	Opiniões/Valores
Quem?	Fazer o quê?	Por que razão?	Com que sentido?

Segundo Chagas (2000), o questionário deve conter determinadas componentes: identificação do respondente, solicitação de cooperação, instruções, informações solicitadas e informações de classificação do correspondente.

Numa fase de elaboração do questionário existem decisões a ser tomadas. Chagas (2000) explicou que é relevante pensar sobre o conteúdo das perguntas a serem colocadas, por exemplo, pensar se determinado assunto exige uma pergunta à parte ou pode ser incluído noutras, se os respondentes terão informação suficiente para responder à mesma, se os mesmos estarão dispostos a dar essa informação, se a pergunta é demasiado geral ou demasiado específica e minuciosa e se a pergunta é devidamente neutra. Por outro lado, o autor também defende que há decisões a tomar sobre o formato das respostas, isto é, se deverão ser de resposta aberta, de escolha múltipla ou dicotómica.

Segundo Chagas (2000), as questões de resposta aberta são, de todas, as que mais liberdade dão ao entrevistado, podendo o mesmo responder com as suas próprias palavras. As questões de resposta múltipla são as que dão ao respondente várias opções de resposta. As questões dicotómicas apresentam duas opções de resposta (Sim ou Não, por exemplo). Deste modo, nas questões de resposta fechadas (escolha múltipla e/ou dicotómicas), a gama de respostas possíveis é determinada pelo pesquisador (Marchesan & Ramos, 2012).

Embora todas as formas de questões sejam úteis e pertinentes, também todas elas apresentam desvantagens, devendo, sobretudo, estar adaptadas aos objetivos da investigação.

Relativamente às questões abertas, são vantajosas na medida em que estimulam a cooperação, permitem uma melhor avaliação das atitudes, deixam o respondente mais à vontade, cobrem pontos que questões fechadas não cobririam, há menos possibilidade de influência nos respondentes e exigem menos tempo de elaboração. Contudo, também

apresentam desvantagens, tais como: dão margem à parcialidade do entrevistador na compilação das respostas, geram dificuldades de codificação, são menos objetivas e mais demoradas ao nível da sua realização e da sua análise (Chagas, 2000).

As questões de escolha múltipla apresentam vantagens como facilidade de aplicação, processo e análise, facilidade e rapidez na resposta e pouca possibilidade de erros. No entanto, exigem muito cuidado do investigador na sua preparação, existe a possibilidade de o entrevistador não incluir uma alternativa importante e acresce o facto de o respondente poder ser influenciado pelas alternativas que lhe são apresentadas (Chagas, 2000).

No que respeita às questões dicotómicas, são, tal como as questões de escolha múltipla, rápidas na sua aplicação, processo e análise e também fáceis de responder, há menos risco de parcialidade do entrevistador, existe pouca possibilidade de erros e são altamente objetivas. A sua principal desvantagem é a polarização de respostas, possibilitando que se forcem respostas, quando poderia haver um grande leque de opiniões (Chagas, 2000).

Também na elaboração do questionário, é importante ter atenção à ordem segundo a qual as questões são colocadas, devendo partir das mais gerais para as mais específicas. Assim, quando duas questões abordam o mesmo tópico, sendo uma de resposta aberta e outra de resposta mais fechada, a questão de resposta aberta deve preceder a de resposta fechada, seja ela de escolha múltipla ou dicotómica (Marchesan & Ramos, 2012).

O questionário utilizado nesta investigação encontra-se disponível no anexo 3. Cabe-me referir que o mesmo foi elaborado no GoogleForms, disponibilizado online e partilhado em inúmeros grupos de estudantes de Serviço Social do país. Foram também contactados os núcleos de estudantes dos vários estabelecimentos de ensino superior que lecionam Serviço Social no sentido de pedir a sua colaboração na partilha do questionário de modo a que se pudesse chegar ao maior número de alunos possível.

Relativamente ao tipo de perguntas utilizadas, pode-se considerar ter sido um misto de todas as tipologias, havendo questões de escolha múltipla, de resposta dicotómica e questões de resposta aberta de forma a dar liberdade ao respondente de transmitir a sua opinião sobre diversos assuntos.

Entrevistas

As entrevistas em pesquisa qualitativa podem ser entendidas, segundo Silva e Russo (2019), como uma conversa dirigida.

Boni e Quaresma (2005) esquematizaram a pesquisa em ciências sociais da seguinte forma: numa primeira fase, deve-se proceder à pesquisa bibliográfica sobre o tema escolhido; na segunda fase, o investigador deve fazer alguma observação em campo, coletando informações sobre aspectos da realidade; na terceira fase da pesquisa, o objetivo do investigador é conseguir dados que não são possíveis de coletar com os métodos usados nas fases anteriores, podendo ser usada nesta fase, então, a entrevista.

O quadro que se segue é de elaboração própria e esquematiza os vários tipos de entrevistas, segundo Boni e Quaresma (2005).

Tabela 5 - Tipos de Entrevista (Boni & Quaresma, 2005)

Entrevista Projetiva	Centrada em técnicas visuais, isto é, o entrevistador mostra fotografias, cartões ou filmes ao entrevistado para que o mesmo comente.
História de Vida	Entrevista em profundidade, há interação entre entrevistador e entrevistado.
Entrevistas com Grupos Focais	O entrevistador estimula os participantes a discutir sobre o tema.
Entrevistas Estruturadas	São elaboradas seguindo um questionário totalmente estruturado.
Entrevistas Abertas	O entrevistador introduz o tema e dá liberdade ao entrevistado para falar sobre o assunto.
Entrevista Semiestruturada	Combinam perguntas abertas e fechadas.

O entrevistador deve ter a preocupação de preservar a sua neutralidade, de forma a que a sua opinião não interfira na resposta do entrevistado. O papel do entrevistador limita-se a dirigir a entrevista e formular as questões (Fraser & Gondim, 2004).

As entrevistas podem ser feitas em duas modalidades distintas, como referem Fraser e Gondim (2004): a face a face e a mediada. A entrevista face a face é realizada presencialmente, em que se está sujeito às influências verbais, às não-verbais e se podem observar também as expressões faciais do entrevistado. A entrevista mediada pode ser

feita através do telefone ou do computador, estando sujeitas da mesma forma às influências verbais e não-verbais, mas de modo diferenciado, especialmente quando não permitem a visualização das expressões faciais, como é o caso de uma chamada telefónica.

Numa fase inicial da investigação, estava decidido que as entrevistas seriam presenciais, todavia, dada a situação atual, as entrevistas tiveram de ser adaptadas e realizadas através do Zoom.

A seleção das pessoas a serem entrevistadas foi feita com base no questionário, sendo que as últimas questões do mesmo averiguavam o interesse em participar no questionário através da entrevista. Para isso, os respondentes deixaram os seus emails de modo a que pudessem ser contactados. Embora todos os alunos que se mostraram interessados no questionário em realizar entrevista tivessem sido contactados, ao email apenas três responderam e assim, somente estes foram entrevistados.

Capítulo 6 - Resultados

Para a presente investigação, foram utilizados diversos métodos de pesquisa: questionário, entrevistas, observação não participante e pesquisa bibliográfica.

O presente capítulo centra-se na apresentação dos resultados obtidos através desses meios.

Resultados da Observação

A observação realizada pode considerar-se como não participante e foi realizada durante o primeiro semestre do ano letivo 2019/2020 na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, às quartas-feiras, dia em que a praxe é realizada na praça à frente da Câmara Municipal de Vila Real, tal como explicado no capítulo 5.

Foi possível observar vários momentos, alguns de diversão e de jogos entre os caloiros, mandados pelos seus doutores (alunos de 3ºano de Serviço Social). Algo que foi notório durante a observação é que os caloiros aparentavam estar divertidos, mesmo nas situações mais caricatas.

A primeira situação observada foi o facto de não poder olhar nos olhos. Olhar nos olhos dos doutores, em praxe, é quase uma ofensa. Quando acontece e aconteceu em períodos de observação, os caloiros são imediatamente chamados à atenção, porque já deviam saber que não lhes é permitido. A posição de um caloiro enquanto está alinhado

em grupo, com uma determinada distância higiénica, é com a cabeça ligeiramente virada para baixo, de modo a que os seus olhos não se cruzem com aqueles que o estão a praxar. Isto denota uma grande falta de incoerência, pois, em Serviço Social, devem ser valorizados os valores, os sentimentos e as crenças de cada um individualmente. Todos os dias os assistentes sociais lutam para dar igualdade de oportunidades a vários grupos desfavorecidos. Contudo, quando os alunos de Serviço Social estão a praxar dão muita importância ao facto de serem hierarquicamente superiores aos restantes alunos, sendo que esta hierarquia é legitimada pelo Código de Praxe da UTAD.

Uma situação caricata que pude observar durante a investigação foi o chamado “Caloiro é abaixo de cão”, quando um cão passou pelos caloiros e os mesmos se deitaram todos ao chão, porque “Caloiro é abaixo de cão”. Apesar de haver uma notória falta de consciência sobre este tema, a verdade é que não é respeitado o princípio da dignidade humana, uma vez que os caloiros são comparados a um animal. Ainda assim, parece haver uma certa desvalorização por parte dos caloiros, que não levam isto como uma ofensa, mas sim como uma brincadeira. Ainda assim, relacionando com dados obtidos através do questionário, existem alunos que não levam esta “brincadeira” de uma forma tão leve e consideram que a sua dignidade humana é posta em causa nestas situações.

Ainda no mesmo dia, um grupo de cinco alunos foram chamados à parte e foi-lhes pedido que cantassem uma música, improvisando de forma a que a sua parte rime. A música começa da seguinte forma:

Nós somos cinco putas

Cinco prostitutas

Neste cabaré

Olé olé

Eu sou a puta (improviso)

A puta mais (improviso)

Neste cabaré

Olé olé

(Passa ao seguinte que terá de fazer o mesmo)

Esta é outra situação que deve ser tida em consideração na medida em que é uma forma de gozo a um grupo de trabalhadores (trabalhadores do sexo), como se de alguém inferior se tratasse. Sendo o Serviço Social uma profissão orientada para a desmistificação

de preconceitos e sua condenação, é, de certo modo, incoerente que em momentos de praxe académica se esqueçam daquilo que devem ser os seus valores enquanto alunos e futuros profissionais de Serviço Social.

Durante a investigação também foi possível ver um jogo em que os caloiros eram mandados imitar posições sexuais com os colegas, em grupos de duas ou três pessoas, fingindo orgasmos. As posições que mais fizessem rir os doutores passavam à próxima ronda do jogo e assim sucessivamente. Nesta atividade, foi possível detetar caloiros que não se estavam a sentir confortáveis com a situação e com vergonha daquilo que estavam a fazer. Havia uma estudante mais contida, a quem foi dito “Não oiço nada caloira! Não geme? Gema!” e “É a isso que chama de orgasmo?! Por amor de deus caloira...”. Embora a aluna não estivesse aparentemente confortável com a situação, ninguém a questionou sobre se queria ou não parar com aquela brincadeira. Pelo contrário, foi chamada a gemer mais alto e gozada por aquilo que estava a fingir ser um orgasmo. Segundo Vieira (2013), estas situações que decorrem na praxe académica causam desconforto e vergonha aos caloiros.

À parte disso, foram ouvidas músicas que continham insultos de cariz sexual. As letras das músicas foram-me cedidas pelo Núcleo de Estudantes de Serviço Social da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e encontram-se no anexo 5. As frases que seguem foram cantadas durante o processo de observação e são somente dois exemplos dos tantos que se podem observar nos anexos.

Sou choca e chupava-te a piroca

É pena ser uma minhoca

Sou boa na cama na frente ou por trás

Durante a observação observada também existiram momentos de praxe física, o chamado “encher na praxe”. Nestes momentos os caloiros são castigados por algo que alguém tenha dito ou feito ou simplesmente enchem porque é o que apetece aos doutores.

Também foi possível visualizar jogos que nada tinham a ver com insultos ou faltas de respeito, mas que, aparentemente, são infantis, como é o caso do Patinho QuaQua.

Relativamente à relação entre a praxe académica e o curso de Serviço Social, há uma certa dissociação daquilo que são os valores do Serviço Social em contexto de praxe académica. Isto é, aparentemente, os alunos de Serviço Social não transportam os valores

do curso para este contexto. É visível uma falta de sentido crítico dos alunos de Serviço Social face a este tema, como se, por estar em praxe académica, tudo fosse legitimado. Esta falta de sentido crítico é comum entre os caloiros e os doutores.

Todavia, é importante não esquecer a importância de se ser crítico em Serviço Social, de modo a encontrar problemáticas e resolvê-las. Questionar é a base para se encontrarem respostas. Ainda assim, há uma clara falta de pensamento crítico em relação às atitudes na praxe, aos cânticos que se ouvem na mesma e aos insultos utilizados.

Resultados do questionário

O questionário (Anexo 3) é composto por várias questões e pelo mesmo puderam observar-se algumas discrepâncias entre as várias instituições do ensino superior. No que toca à participação no mesmo, pode-se referir que contou com 315 respostas. Neste aspeto, pode-se salientar que, das 315 respostas, 86 (27,3%) dizem respeito a alunos da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, tendo sido o estabelecimento de ensino com maior participação. De seguida, encontra-se o Instituto Politécnico de Leiria com 30 respostas (9,5%), seguido da Universidade de Lisboa com 28 respostas, correspondendo a 8,9% das mesmas. Também o Instituto Superior de Serviço Social do Porto teve uma boa participação, contando com 22 respostas (7%), bem como a Universidade de Coimbra, a Universidade Lusófona do Porto, com 21 respostas (6,7%) cada uma e o Instituto Politécnico de Viseu, em que houve 20 respondentes (6,3%). Por outro lado, as instituições do ensino superior com menor participação, com apenas 2 respostas cada uma, foram a Universidade Lusíada e a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

No que respeita ao sexo dos respondentes, é de salientar que 297 (94,3%) são do sexo feminino e todos afirmaram frequentar a licenciatura em Serviço Social. Em relação ao ano de curso que os mesmos frequentam, 113 (35,9%) referiram estar no 3ºano, 112 (35,6%) no 2ºano, 57 (18,1%) no 1º ano e 33 (10,5%) no 4º ano. É de ressaltar que nem todos os estabelecimentos de ensino que lecionam Serviço Social têm um 4º ano de estudos.

Abordando a participação na praxe académica, 227 (72,1%) dos alunos que participaram no questionário afirmaram participar na praxe académica e 88 (27,9%) afirmaram não participar na mesma. Das respostas que foram dadas por parte dos estudantes da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, ressalva-se que a

participação na praxe académica é superior à média geral, uma vez que 84,9% dos respondentes deste estabelecimento de ensino afirmaram participar na praxe, assim como a Universidade de Coimbra (81%), a Universidade de Lisboa (92,9%) e o Instituto Superior de Serviço Social do Porto (81,8%). Por outro lado, existem dois estabelecimentos de ensino que vêm contrariar os dados: Universidade dos Açores e o Instituto Politécnico de Portalegre. Relativamente à Universidade dos Açores, num total de 19 respostas, apenas 5 (26,3%) afirmaram participar na praxe académica. No Instituto Politécnico de Portalegre, com um total de 17 respostas ao questionário, somente 6 (35,3%) participam na praxe académica. Com uma participação de cerca de 50% na praxe académica, podem-se considerar vários estabelecimentos de ensino superior, todavia todos eles têm pouca participação e, por isso, não serão contabilizados individualmente. Todos os dados referentes à participação na praxe por estabelecimentos de ensino estão disponíveis na tabela que se segue.

Tabela 6 - Participação na praxe académica por estabelecimentos de ensino superior

	Participam na praxe	Não participam na praxe	Participação na praxe
<i>Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro</i>	73	13	84,9%
<i>Instituto Politécnico de Leiria – Escola Superior de Educação e Ciências Sociais</i>	22	8	73,3%
<i>ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa</i>	9	2	83,3%
<i>Universidade dos Açores – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas</i>	5	14	26,3%
<i>Universidade de Coimbra – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação</i>	17	4	81%
<i>Universidade de Lisboa – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas</i>	26	2	92,9%
<i>Instituto Politécnico de Beja – Escola Superior de Educação</i>	13	3	81,3%
<i>Instituto Politécnico de Castelo Branco – Escola Superior de Educação de Castelo Branco</i>	2	2	50%
<i>Instituto Politécnico de Viseu – Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego</i>	11	8	55%
<i>Instituto Superior Miguel Torga</i>	2	2	50%

<i>Instituto Superior de Serviço Social do Porto</i>	18	4	81,8%
<i>Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Ciências Humanas</i>	5	2	71,4%
<i>Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais</i>	2	2	50%
<i>Universidade Lusíada</i>	1	1	50%
<i>Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias</i>	2	0	100%
<i>Universidade Lusófona do Porto</i>	11	9	57,1%
<i>Instituto Politécnico de Portalegre – Escola Superior de Educação e Ciências Sociais</i>	6	11	35,3%

O gráfico que se segue dá-nos a participação na praxe académica geral, tendo em conta as respostas ao questionário aplicado.

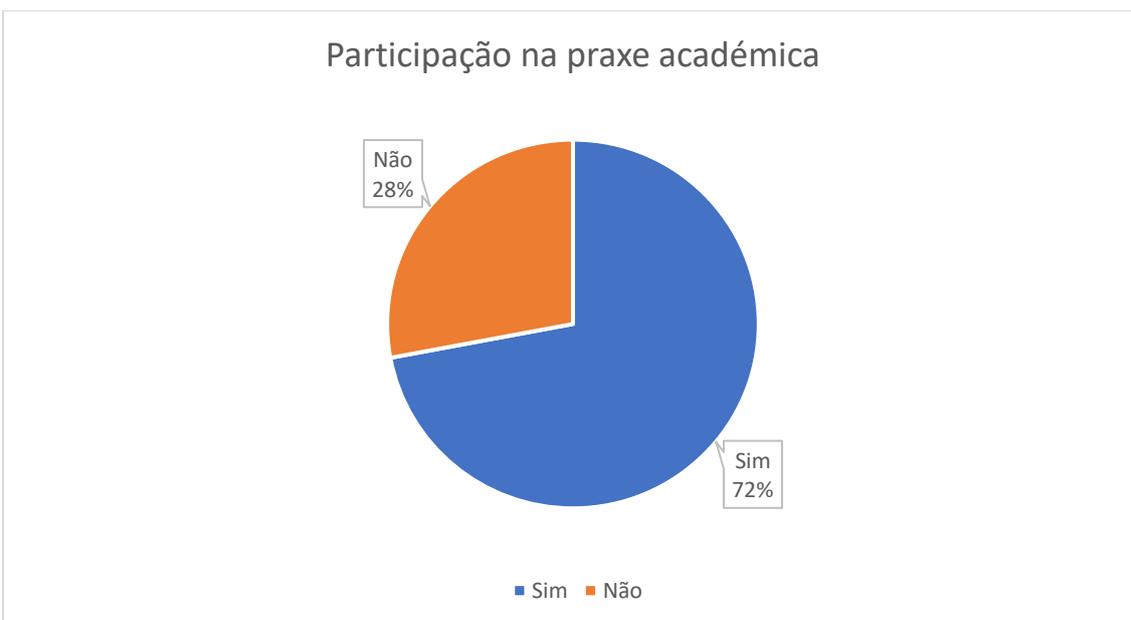


Gráfico 1 - Participação na praxe académica

Tal como se pode verificar através do questionário, os alunos foram inquiridos sobre as suas motivações para a participação ou não participação na praxe. Relativamente aos estudantes que responderam que participam na praxe académica, indicaram motivações para a sua participação na praxe académica como a integração, o convívio, a diversão, a criação de laços de amizade e o manter da tradição. Muitas das pessoas inquiridas que afirmaram participar nesta tradição académica salientam a união entre os colegas e o sentimento de pertença a um grupo. Entre os inquiridos há também alunos de

Serviço Social que afirmaram que a praxe foi o melhor do seu percurso académico e que será com muita saudade que os momentos de praxe serão lembrados mais tarde.

As respostas sobre as motivações para participação na praxe académica são várias e diversificadas e foram muitos os alunos que afirmaram haver um cuidado especial na praxe de Serviço Social. Ambos os relatos que se seguem, retirados das respostas ao questionário, relatam haver alguma adaptação entre aquilo que são as atividades próprias da praxe académica e o curso de Serviço Social. Ainda assim, relacionando com a observação feita, este sentido crítico não é comum a todos os alunos de Serviço Social, havendo, de facto, atitudes que deveriam ser repensadas. De qualquer forma, é positivo que em alguns estabelecimentos de ensino superior já se note alguma sensibilidade para os valores do Serviço Social e consequentemente adaptabilidade à praxe que se pratica.

A praxe tem vindo a alterar-se e cada curso a faz à sua maneira. No nosso curso há atividades que não são feitas pois não nos identificamos com elas. A praxe em serviço social tem um intuito de receber e integrar os novos estudantes numa cidade que não é a sua e num contexto novo na sua vida, através de atividades interativas que visem a diversão e a criação de união. Se há coisas que precisam de ser mudadas? Sim, há. Falo pela minha experiência que em serviço social nota-se que há um cuidado na prática da praxe. Nunca fiz nem fui obrigada a fazer nada que fosse contra a minha vontade e nunca me senti posta de parte por causa disso.

(Resposta 262)

Creio que é a forma de integrar novos alunos, mostrar lhes uma vertente da praxe que provavelmente é a que não conhecem, geralmente associa se a praxe a algo negativo. Mas em Serviço Social é diferente. É união, é integração, é fazermos parte de uma família académica! (Resposta 79)

O sentimento de união e o facto de se fazerem novas amizades também foi por várias vezes reforçado pelos alunos que participam na praxe académica. Outro aspeto que foi muito abordado por estes alunos é o “defender o curso”, havendo um sentimento de pertença ao mesmo por estarem incluídos naquele grupo de praxe, em confrontos com outros cursos. Segundo os alunos que participam na praxe, na praxe são transmitidos valores e, quando atingem o estatuto que os permite praxar, têm o objetivo de transmitir o que lhes foi transmitido a eles.

...os melhores três anos da minha vida, os melhores amigos que alguma vez podia ter. O direito a ser praxado e a entender o que é querer tanto defender algo que é o nosso (escola e curso). E praxar, poder transmitir aos meus tudo o que os melhores praxistas e os grandes exemplos me transmitiram a mim. Proporcionar aos meus, o que me foi proporcionado e fazer de tudo para que tenham também eles o/os melhor(es) anos da vida deles. (Resposta 23)

Foi lá que conheci os meus grandes amigos de universidade e que passei os melhores momentos dos meus três anos. (Resposta 43)

Além das amizades e da união que se forma, há a transmissão de valores e de tradição em cada praxe, o que me incentivava ainda mais a querer e conhecer, senti que é fulcral para nos integrar-mos e sentirmo-nos confiantes, também a intensidade com que vivenciamos as coisas é maior. (Resposta 62)

É um espírito de entreajuda, um orgulho imenso de defender o curso. (Resposta 6)

Relativamente aos relatos acima citados, parece relevante citar Cabral e Mineiro (2015), quando afirmam que em situações de confrontos entre cursos/escolas uma forma de insulto na praxe é apelidar os adversários de *gays*, *paneleiros* ou *rabetas*. Não é de todo um dado adquirido que esta é a forma comum de defender o curso, todavia, é de conhecimento geral que os insultos são comuns neste tipo de confrontos entre cursos. Uma frase habitualmente ouvida entre os alunos da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro em contexto de despiques entre cursos é “Matei a tua mãe para fazer arroz de puta”. Esta foi uma situação que vivenciei eu mesma, em situação de praxe académica enquanto caloira, mas que não tive oportunidade de ver durante o período de observação. Também se torna bastante visível a importância que é atribuída à criação de laços de amizade em contexto de praxe académica. A questão que se põe é: se os alunos não estivessem em praxe não teriam tempo para fazer outro tipo de coisas juntos? Conversar? Conhecerem-se? Não fariam os amigos na mesma?

Também os alunos que não participam na praxe têm motivações diversificadas para a sua não participação na mesma, que vão desde a falta de tempo, a

incompatibilidade de horários e o facto de não concordarem com aquilo que acontece na mesma.

Experimentei a praxe duas ou três vezes, no entanto não me senti acolhida mesmo que as pessoas demonstrassem simpatia. Como entrei em 2ª fase, a maioria das pessoas já se conhecia. Cheguei numa altura atordoada, porque em Coimbra em meados de Outubro realiza-se a latada que consiste num desfile de doutores e caloiros onde todos vão disfarçados de alguma coisa. A latada é a altura em que os caloiros escolhem os padrinhos. Como cheguei em cima da data, não consegui escolher padrinhos e nunca cheguei a conseguir, porque as praxes a que fui não me possibilitaram conhecer os doutores. Não gostei que me chamassem de burra por me rir, não gostei que não me permitissem olhar nos olhos. Considero brincadeiras sem inteligência e que normalizam a opressão. No entanto, a última praxe que participei intitulada de praxe solidária tece um conteúdo mais interessante. Mesmo assim cheguei à conclusão que a praxe não fazia sentido na minha vida... (Resposta 39)

O relato acima citado é forte, na medida em que a inquirida é crítica no que toca a vários aspetos da praxe académica. Relata várias situações que considera negativas, como é o caso de não poder olhar nos olhos dos doutores e não se poder rir. É crítica quando afirma serem brincadeiras sem inteligência e que normalizam a opressão. A inquirida em questão afirmou também não se identificar com essas atitudes e situações. É, aparentemente, alguém com um sentido crítico vincado e que não quis ir por onde quase todos vão. Soube pensar e aplicar os conhecimentos que o curso lhe transmitiu. Ainda assim, deu-nos o seu relato sem preconceito pela praxe académica, reconhecendo uma praxe solidária como algo bastante mais interessante. Contudo, considerou que era algo não lhe acrescentava nada à sua vida.

Ocupa demasiado tempo, a prioridade são os estudos. Além disso, as regras e hierarquia são, a meu ver, um absurdo. Uma forma de disfarçar e normalizar o abuso e a humilhação intitulando de integração social. Não nego que não seja um meio de conhecer pessoas e criar laços, é, só não é o melhor contexto. (Resposta

304)

Apenas fui 1 dia mas não me identifiquei. Sei que é tudo uma "brincadeira" mas deixou-me desconfortável. (Resposta 61)

Como é notório, a visão da praxe é totalmente diferente entre os alunos que participam e os que não participam na mesma. Nos relatos citados anteriormente, é possível ver que nem todos os alunos que não a frequentam a encaram como algo necessariamente negativo, é unicamente uma identificação ou não com a mesma.

A praxe vai contra todos os meus princípios. Em vez de integração, revejo nela a desintegração de quem não participa. Se simplesmente não existisse, cada qual se dava com que teria que dar. Não é preciso brincadeiras sexistas, machistas e homofóbicas para as pessoas se integrarem. (Resposta 89)

A resposta 89 trata de uma crítica bastante assertiva relativamente à existência da praxe académica. Segundo o inquirido, era tudo mais fácil se não existisse praxe, considerando que há uma desintegração daqueles que não a frequentam. Esta resposta transporta-nos para uma outra questão: como seria se não existisse praxe académica?

Na questão seguinte do questionário, foi pedido que os alunos assinalassem os termos que, para si, definem a praxe académica. Pode-se considerar que os alunos que frequentam a praxe académica a definem de uma forma diferente daqueles que não participam na mesma. Ressalva-se que, nesta questão, foram apresentados vários termos que poderão definir a praxe (Integração, Adaptação, Boa para fazer amizades, Boa para conhecer a cidade, Humilhação, Repudiante, Sentimento de pertença, Sentimento de união e Relações de poder) e todos poderiam escolher os termos que quisessem.

Os alunos que frequentam a praxe (227 dos inquiridos) consideram-na sobretudo como um meio de integração e adaptação, aos novos colegas e à cidade. Os termos que menos foram usados para descrever a praxe por estes participantes no questionário foram “Repudiante”, “Humilhação” e “Relações de poder”. O termo mais frequente entre estes alunos foi “Integração”, uma vez que 207 dos alunos que frequentam a praxe o assinalaram para a descrever.

Os dados obtidos corroboram Correia et al. (2018, p. 72) que afirmam que “para os que são favoráveis à praxe, esta constitui um património, uma tradição e um conjunto de práticas consideradas indispensáveis à integração dos novos estudantes nas universidades”. Contudo, segundo Jacinto (2015), o que é discutível é a forma abusiva

como se chega à integração dos estudantes, dado que as atividades promovidas muitas vezes são abusivas e marcadas pela humilhação dos estudantes.

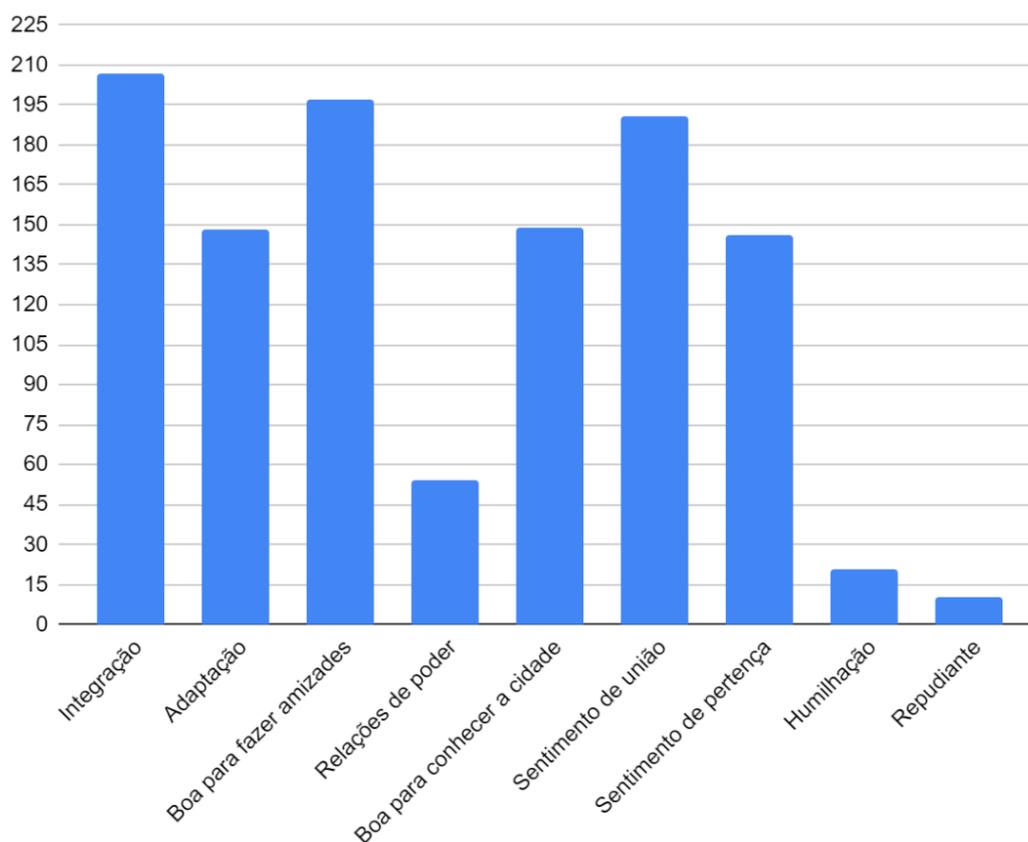


Gráfico 2- Termos que definem a praxe para os alunos que a frequentam

Relativamente aos alunos que não frequentam a praxe académica (88 dos 315 inquiridos), o termo mais utilizado para defini-la foi “Humilhação”, seguido de “Relações de Poder” e “Boa para fazer amizades”. Todos os outros termos rondaram as 20 respostas e, por isso, têm percentagens muito semelhantes.

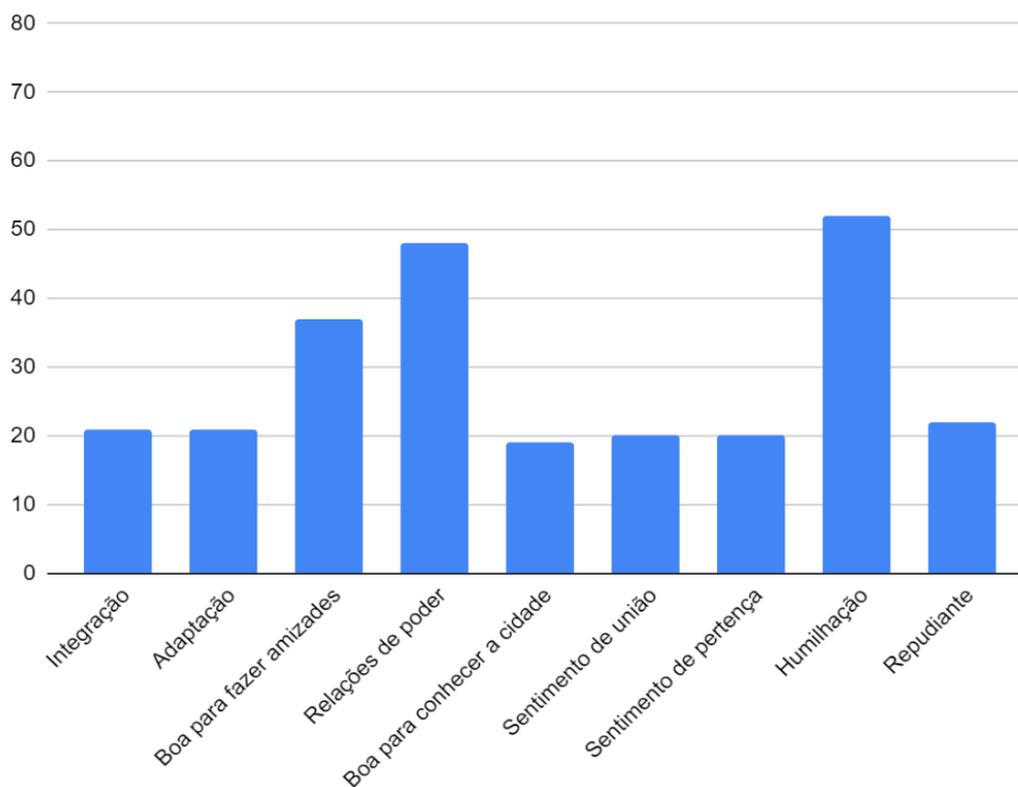


Gráfico 3- Termos que definem a praxe para os alunos que não a frequentam

A pergunta que se seguia no questionário era sobre os valores do Serviço Social, a fim de se perceber até que ponto os alunos conhecem os mesmos e os identificam devidamente, para, na questão que se segue, identificarem se há ou não alguma incompatibilidade entre os mesmos e os valores transmitidos na praxe académica. De referir que, segundo a Associação de Profissionais de Serviço Social, os valores do Serviço Social são a liberdade, a justiça social e a dignidade humana. Foram apresentadas as seguintes opções de resposta: Dignidade Humana, Assistencialismo, Liberdade, Integridade e Justiça Social.

Dos 315 inquiridos, apenas 58 alunos de Serviço Social identificaram devidamente os valores do Serviço Social, isto é, apenas 18,4% dos alunos identificaram somente a dignidade humana, a liberdade e a justiça social como valores do Serviço Social. Nesta questão houve várias respostas distintas, havendo 70 alunos que selecionaram todas as opções de resposta, 2 que não responderam à questão e vários alunos com outras combinações de opções. Desta forma, os valores do Serviço Social foram contabilizados individualmente, estando representados no gráfico que se segue.

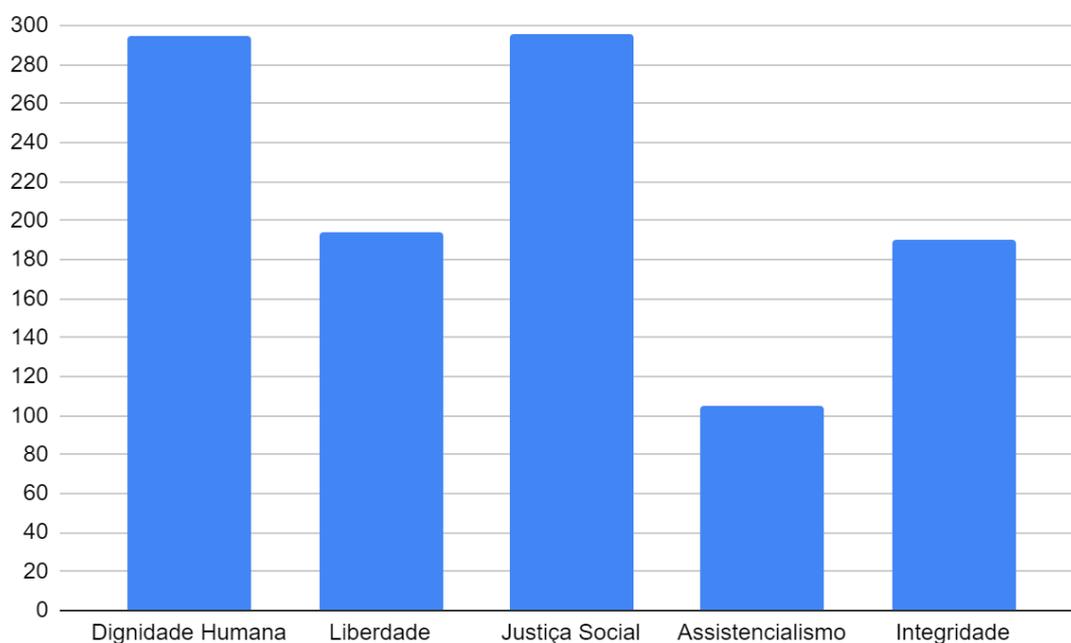


Gráfico 4- Valores do Serviço Social

Através do gráfico é possível verificar que os valores mais identificados para definir o Serviço Social são os defendidos pela Associação de Profissionais de Serviço Social (Dignidade Humana, Liberdade e Justiça Social). Ainda assim, é claro que a opção “Liberdade” foi identificada por menos alunos, contando apenas com 194 respostas, o que equivale a 61,6% dos inquiridos.

A questão do questionário que se seguia era “Em algum momento na praxe sentiste que as ordens que recebeste iam contra aquilo que aprendias nas aulas?”. A esta questão 35 alunos não responderam, 215 alunos responderam que não e 65 dos participantes responderam terem sentido incongruências entre a praxe e o que aprendiam nas aulas. De seguida os alunos tiveram espaço para descrever os momentos em que isso aconteceu, sendo que 41 alunos responderam a esta questão. Os relatos são vários e diversificados, tendo sido relatados momentos muito distintos.

Na minha faculdade, a praxe é sinónimo de humilhação e é exercido sobre os estudantes ("caloiros" e "doutores") uma grande pressão e um grande controlo. Por diversas vezes senti que me estavam a controlar, nomeadamente, a minha vida pessoal. Para além disso, a relação praxística entre hierarquias pressupõe, na praxe da minha faculdade, abuso do "poder"... Algo que vai contra aquilo que aprendo na

licenciatura... A começar, por exemplo, pelo olhar nos olhos (que é proibido), tendo o caloiro que olhar para o chão, numa posição de inferioridade (algo que, de todo, vai contra aquilo que é a génese do serviço social). (Resposta 199)

O ato de não poder rir, não poder olhar nos olhos dos "doutores" é totalmente antagónico ao valor da liberdade e da dignidade humana. Não é aceitável os argumentos que ouvia dos doutores "Na tua vida terás que lidar com este tipo de situações; "É um ensinamento", "isto é só brincadeira". (Resposta 39)

Nestes dois relatos é salientado o facto de não ser permitido, durante a praxe académica, olhar nos olhos daqueles que estão a praxar, sendo que esta atitude é até considerada como “antagónica ao valor da liberdade e da dignidade humana”. Esta é uma característica comum se não a todos, a quase todos os estabelecimentos de ensino superior do país, que tem de ser repensada. Não é legítimo que, por ser hierarquicamente superior, isso se faça sentir desta forma. Não poder olhar nos olhos mostra uma superioridade que não é de esperar de um futuro assistente social. Como se não bastasse essa situação, a hierarquia ainda é estabelecida através das matrículas efetuadas no ensino superior (Código de Praxe da UTAD), pelo que são dados que nada acrescentam a alguém como ser humano. Estar mais um ano no ensino superior não pode ser motivo de tamanha superioridade. Não é tido em conta sequer o mérito do aluno nos anos em que esteve matriculado.

Segundo as respostas 39 e 199, o facto de não se poder rir na praxe e olhar nos olhos dos doutores vai contra o valor da liberdade e da dignidade humana. Estes são, por sua vez, princípios vitais em qualquer assistente social, tal como refere a Associação de Profissionais de Serviço Social. A dignidade humana é descrita pelo Código Deontológico dos Assistentes Sociais (2018, p.8) e “diz respeito à promoção da pessoa em processos de capacitação de modo a atuar de forma livre e responsável. A promoção da pessoa faz-se em atitudes, palavras e atos”. Desta forma, são valorizadas, à parte das atitudes e dos atos, as palavras proferidas pelos assistentes sociais, sendo que as mesmas devem promover a dignidade de cada e qualquer pessoa.

Assim sendo, há muita coisa que deveria ser repensada, mas o que parece faltar, acima de tudo, aos alunos de Serviço Social é o sentido crítico. Muitas das suas ações são tomadas somente porque todos fazem assim ou porque assim manda a tradição. Não há uma consciência daquilo que fazem em contexto de praxe académica e assume-

se que se deve fazer aquilo que todos fizeram. Contudo, é necessário estar atento e pensar que muitas tradições, por força de muitas lutas, foram abolidas ou alteradas. Há poucos anos era tradição que uma mulher casasse com um homem, tivessem filhos e se dedicasse à casa e à família, não sendo muitas vezes permitido que trabalhasse. Hoje em dia, depois de muita luta, já se entende que uma mulher faz aquilo que bem quiser da sua vida: casa com quem quer, seja do sexo que for, tem filhos se quiser e trabalha no que quiser. A praxe deveria ser revista com estes olhos. Ser crítico é fundamental, pois sem questionamento não há inovação. Para dar um exemplo mais concreto, na segunda guerra mundial, grande parte da população alemã era nazi. Hoje quase toda a gente encara o nazismo com revolta, incluindo a população da Alemanha. Todavia, quase todos o eram e isto não faz com que todos estivessem corretos.

Considero que isto aconteceu de cada vez que me disseram que tinha que olhar para o chão. Acho que em Serviço Social se devia ter maior noção que ninguém é superior a ninguém. Além disso, quando simplesmente disse que não queria participar na praxe esperavam por mim no fim das aulas para assinar uma suposta declaração em como era anti-praxe e usavam sempre argumentos para me convencer a ir, que iam desde não poder queimar as fitas a não poder usar traje. Para mim, isto não é liberdade. (Resposta 89)

Também é descrita, na resposta 89, a dificuldade que é desistir da praxe, sendo este aluno sentiu que a sua liberdade tinha sido posta em causa devido à sua decisão. Esta situação foi também relatada por Cabral e Mineiro (2015), que afirmaram que não era assim tão fácil desistir da praxe e que há situações em que é exigido ao aluno o preenchimento de um papel que confirme o facto de ser anti-praxe. Aparentemente, não é tão fácil como se diz e não vai só quem quer. É preciso que se tenha consciência da pressão que alguns caloiros sofrem para pertencer à praxe académica. Esta pressão pode ser exercida pelos doutores e mesmo pela sociedade em geral ou pela sua família, sobretudo quando alguns familiares a frequentaram e a defendem arduamente. Não se trata de algo que é necessariamente bom ou necessariamente mau, trata-se sobretudo dos sentimentos de cada um face à praxe académica.

Vários são os relatos que descrevem também a inferiorização dos caloiros em detrimento da superioridade daqueles a quem é dado o privilégio de praxar. No relato

que se segue é visível também uma comparação que se fez em momento de praxe que é antagónica ao Serviço Social.

Chamaram aos caloiros de Doentes Mentais. Sendo o Serviço Social uma profissão que deve e tem a obrigação de se opor a práticas discriminatórias, senti na pele que não pertencia à praxe e ponderei desistir de ser praxada porque isso foi contra todos os meus valores (Resposta 60)

Através desta comparação, os caloiros são chamados de doentes mentais como uma ofensa. Isto é o contrário daquilo que se tem vindo a tentar fazer, isto é, todos os dias assistentes sociais têm vindo a trabalhar no sentido de normalizar a deficiência e dar oportunidades a quem sofre de qualquer tipo de doença mental e depois, numa praxe académica, os caloiros são chamados de doentes mentais como se de um grupo inferior se tratasse.

Na tradição da praxe de várias universidades portuguesas, existe uma expressão que diz que caloiro é abaixo de cão. Esta situação é também relatada no questionário e é controversa quando é pronunciada por futuros assistentes sociais, que fazem lutas pela igualdade. Além de ter sido relatada no questionário na resposta que se segue, foi também possível presenciar uma situação igual aquando da observação realizada.

Quando éramos obrigados a deitar-nos sempre que passava um cão, porque “caloiro é abaixo de cão”. Isso vai contra a dignidade humana. (Resposta 263)

Nesta questão houve uma outra resposta que se pode considerar interessante, que passo a citar:

Justiça, a partir do momento que por causa de algum elemento recusar uma atividade os outros todos teriam que cumprir uma "sentença" (Resposta 20)

Várias são os alunos que defendem a praxe dizendo que só vai quem quer, só se faz o que quiser e que, em praxe, todos são iguais. Neste relato torna-se visível que, quando um caloiro se recusa a fazer alguma atividade, todos são penalizados, ou seja, o aluno pode recusar fazer algo que o mandem fazer na praxe, contudo terá consequências, muitas vezes para o grupo todo.

Ser humilhada em praça pública, ser rebaixada e chamada pelos nomes mais ridículos, não ter direito a expressar-me... (Resposta 187)

Quando não podemos ripostar e dar voz à nossa ideia. (Resposta 101)

Relativamente às respostas anteriormente citadas, ressalvo a última parte, o facto de alguém sentir que não tinha o direito a expressar o que sentia é revelador da experiência da praxe para a pessoa em questão.

Podem ler-se também, entre as respostas, referências ao consumo de álcool excessivo e ao desperdício de comida em momentos de praxe, como se pode observar nas respostas que se seguem.

Dignidade humana em causa quando se obriga caloiros a beberem desmezoravelmente até ficarem quase em coma alcoólico. (Resposta 145)

O desperdício de comida, não acho que seja correto, há coisas que se desperdiçava, que podia ajudar outras pessoas. (Resposta 119)

A questão seguinte era se alguma vez os alunos sentiram que deram ordens que iam contra aquilo que aprenderam nas aulas. A esta questão apenas 10 dos inquiridos respondeu ter sentido isto. De seguida são apresentados alguns dos relatos dos alunos que o sentiram.

Humilhação (Resposta 169)

As relações de poder não são relações de amizade. Gritar com os caloiros não é íntegro. (Resposta 230)

Sinto que solicitar a outra pessoa para se baixar enquanto ela é verbalmente humilhada vai contra os valores de justiça social, vai contra o empowerment de um aluno que chega com medo a uma nova fase da sua vida, vai contra a dignidade humana, etc (Resposta 185)

Uma das últimas questões do questionário era “Sentes que a praxe é uma mais valia para os estudantes de Serviço Social?”, à qual mais de metade dos inquiridos respondeu afirmativamente. Embora tenham sido apresentadas duas opções de resposta (“Sim” e Não”), vários foram os alunos a inserir outra resposta, para expor a sua opinião, como é o caso das respostas citadas a seguir.

analisando de forma macro, compreendo que muitos alunos encontraram na praxe uma forma de integração e um sentido de pertença. Além disso, sei que muitos doutores têm sensibilidade e tacto para dinâmicas de grupo. Sou contra, no entanto, às formas como alguns grupos de praxe desenvolvem as suas dinâmicas. Embora não conheça bem o código de praxe, sei que ele não é suficiente para organizar os grupos de forma a que não haja alienação, abusos, etc. A minha resposta não é sim nem não. (Resposta 39)

Não especialmente para alunos de serviço social, se a praxe for bem feita, com todos os valores que dela fazem parte, é uma mais valia para qualquer pessoa. (Resposta 68)

Ainda que muitos alunos tenham dado a sua opinião na questão anterior, a mesma era pedida numa questão à parte. A maioria dos alunos afirma que é uma mais valia participar na praxe, não somente para os alunos de Serviço Social, mas em todos os cursos. Também parece unânime que o facto de ser ou não uma mais valia para os alunos depende do tipo de praxe praticado.

Vários são os testemunhos que referem a integração como uma das maiores vantagens da praxe (*A praxe é também uma forma de que ninguém se sinta perdido. – Resposta 9*).

A penúltima pergunta do questionário incidia sobre o interesse em participar na dissertação de mestrado através de uma entrevista e a última questão deixava espaço para os alunos inserirem o seu email, a fim de ser contactados para a entrevista. Todos os alunos que deixaram o seu email foram contactados nesse sentido, contudo poucos desses alunos deram resposta ao email. Assim, apenas foi possível realizar três entrevistas.

Resultados das entrevistas

A entrevista foi uma das formas usadas para reunir informação para a presente dissertação de mestrado. Tal como explicado anteriormente, foram realizadas a alunos interessados em colaborar neste estudo através dessa forma. A disponibilidade de participação através desta metodologia na presente dissertação de mestrado foi averiguada através do questionário, tal como explicado no capítulo 5.

O guião da entrevista encontra-se em anexo (Anexo 2). Além do nome e da idade, os alunos entrevistados foram questionados sobre as suas motivações para a escolha do curso e sobre os valores mais valorizados por si no exercício futuro da sua atividade profissional. Relativamente à praxe académica, foram inquiridos sobre a sua perceção dos valores que a praxe transmite, sobre situações negativas e positivas que poderão ter ocorrido em contexto de praxe. Por fim, a última questão pretendia que os mesmos relacionassem a praxe académica com o Serviço Social.

Foram realizadas três entrevistas, através da plataforma Zoom, devido à situação de pandemia que se tem vivido.

Os dados obtidos através das entrevistas corroboram os dados do questionário, na medida em que não se notou distinções das perceções dos alunos sobre este tema.

Todos os alunos entrevistados participam na praxe académica. Relativamente aos valores mais valorizados no Serviço Social, todos mencionaram a empatia, a dignidade humana e a equidade. Relativamente às motivações para a escolha do curso, todos os entrevistados assumiram ter um gosto particular pela área.

Escolhi Serviço Social porque é uma área que me fascina, na medida em que posso sempre ajudar alguém e dar ferramentas para que as pessoas sejam capazes de resolver os seus próprios problemas. (Entrevistado 1)

Na verdade Serviço Social não foi a minha primeira opção. O que eu queria mesmo era psicologia. Mas como ambos os cursos têm como missão ajudar os outros, fiquei... acho que ser assistente social exige muito de nós, é mais do que ter um posto de trabalho, das 9h as 5h ou o que seja... há valores que temos que levar sempre connosco, dentro e fora do trabalho. Mas é muito gratificante... (Entrevistado 2)

Na perceção deste entrevistado é também fulcral que um assistente social tenha uma boa capacidade de resposta e que seja dedicado. A empatia, característica essencial

de qualquer assistente social, foi várias vezes posta em causa em momentos de praxe académica, segundo dados do questionário.

Quando questionados sobre os valores que a praxe transmite, todos tiveram a mesma perceção, isto é, todos salientaram o facto de, na praxe, todos serem iguais. Este facto é, para os entrevistados, o que mais relaciona o Serviço Social com a praxe académica, uma vez que é, segundo os mesmos, a forma de deixar de lado qualquer juízo de valor e julgamento.

Para mim, a praxe é união. Há um grande sentimento que juntos somos um. Lá não há preconceitos, somos todos iguais. (Entrevistado 1)

A partir do excerto acima citado, torna-se relevante citar Cabral e Mineiro (2015), que entendem o “todos somos iguais” próprio da praxe como uma lógica de redução do indivíduo, sendo que este é o motivo para, em muitas praxes, o caloiro ser obrigado a estar despojado de todos os seus objetos pessoais, como é o caso dos acessórios como pulseiras ou outras jóias.

No que respeita às situações positivas ocorridas na praxe académica, um dos entrevistados relatou uma praxe que tinha como objetivo limpar a cidade onde estuda, apanhando lixo e beatas do chão. Segundo o mesmo, esta praxe permitiu consciencializar para a defesa e a proteção do meio ambiente.

Outra situação relatada por outro entrevistado tem a ver com uma praxe solidária, com o intuito de recolher bens alimentares, para ajudar beneficiários de diversas instituições.

A situação mais marcante pelo lado positivo que vivenciei, além do sentimento de união incrível que lá se cria, foi uma praxe solidária. O objetivo era fazer uma recolha de alimentos para distribuir por associações que apoiam pessoas carenciadas. Senti-me bem a fazê-lo e acho que incentivou muita gente para o voluntariado. A recolha correu bem e vamos voltar a fazer outra praxe assim, logo que possível. (Entrevistado 1)

Relativamente às situações negativas que aconteceram em situações de praxe, somente um dos entrevistados afirmou ter acontecido consigo.

A situação negativa que aconteceu na praxe que me vem logo à cabeça é uma situação caricata e aconteceu já eu praxava. Não sei se tem esse conhecimento, mas os sapatos do traje não são propriamente confortáveis. Num dia estava com uma amiga e cheias de dores nos pés e afastamo-nos do grupo e tiramos os sapatos. A minha amiga tinha pedido autorização aos superiores e eu não. Então vieram chamar à atenção e disseram que se não estava bem trajada podia ir embora. Fiquei sentida com aquela atitude e ainda não tive a coragem de confrontar a pessoa. O que é certo é que fui embora e desde aí comecei a ter mais cuidados na forma como uso o traje.

(Entrevistado 3)

O tópico que se seguia no guião da entrevista estava relacionado com a relação entre Serviço Social e praxe académica. Dois dos entrevistados afirmaram não haver relação particular entre ambos, dizendo que a praxe é boa para quem se sentir bem na mesma, podendo ser uma coisa muito boa para esses alunos, uma vez que promove a integração.

Não considero que haja uma relação particular entre o Serviço Social e a praxe. Acho que a mesma é boa para quem se identificar com ela e, para quem não se identifica, o melhor é sair. (Entrevistado 3)

Na minha opinião, não tem a ver ser é alguém de Serviço Social ou de outro curso qualquer. A praxe ensina-nos muito, como trabalhar em equipa, por exemplo. Ajuda-nos também a lidar com muita gente diferente e aprender a fazê-lo. Mesmo havendo muita pressão, considero que isto é bom, porque nos prepara para o mundo profissional. É bom para toda a gente. (Entrevistado 2)

Segundo o entrevistado 2, citado anteriormente, a praxe prepara as pessoas para o mercado de trabalho.

Entramos aqui no nível ideológico mais forte dos praxistas: a praxe é uma instrução para a submissão a uma ordem natural da vida, em que há quem mande e quem obedeça. É sempre assim, no emprego também, em que há

patrões e trabalhadores. A universidade passa, assim, a ensinar a subserviência. Mas é precisamente por isso que está tudo errado na praxe. Em vez de termos universidades que recebem os alunos inculcando-lhes os valores da curiosidade, da crítica, do questionamento às injustiças, o que a praxe faz é transportar para a universidade o que de pior existe na sociedade (Cabral e Mineiro, 2015, p. 35).

Somente um dos entrevistados considerou particularmente importante um aluno de Serviço Social participar na praxe acadêmica. Segundo o mesmo, a praxe ajuda a desmistificar preconceitos.

A praxe, a mim, ajudou-me a abrir mais a minha mente e a aprender a lidar com hierarquias, porque mesmo podendo praxar há sempre alguém superior a mim. Ajudou-me também a perceber a noção de empatia, principalmente enquanto praxadora.

(Entrevistado 1)

Capítulo 7 - Considerações finais

Relativamente às várias metodologias utilizadas para a presente investigação (observação, questionário e entrevista), pode-se considerar que, embora o questionário e a entrevista, tenham dado dados bastante semelhantes, através da observação pode-se observar uma grande falta de espírito crítico dos caloiros e dos seus doutores.

Com isto quer-se dizer que, embora haja situações que, de facto, são incompatíveis com o Serviço Social, não se notou na expressão dos alunos essa consciência. Tal como já foi referido, vê-se que há uma grande dissociação entre os valores lecionados do curso daquilo que se passa na praxe académica. A dada altura, parece que se legitima tudo com a tradição e com o facto de se considerar tudo uma brincadeira. Não existe a consciência de que há atitudes que, ainda que se tenham na brincadeira, estão erradas e podem afetar a vida de quem passa por elas. As atitudes que se têm em contexto de praxe como os jogos com posições sexuais, os insultos que são proferidos e tudo aquilo que deixa alguém desconfortável, parecem ser tomadas sem qualquer consciência das repercussões que podem vir a ter. Contudo, também os caloiros, que são alvo dessas ofensas e dessas brincadeiras, não pensam naquilo que se está a passar como necessariamente mau. O facto de ainda haver em Portugal uma grande adesão à praxe académica, faz com que se legitime mais este tipo de situações, porque quase toda a gente que frequenta o ensino superior passa por isso, tal como refere Jacinto (2015).

Por outro lado, no questionário é possível identificar respostas críticas à praxe académica, por parte de pessoas que já se debruçaram sobre o assunto e que, por isso, formaram as suas opiniões.

Uma das grandes mais valias da praxe segundo a maioria dos alunos tem a ver com a criação de laços de amizade. Contudo, torna-se relevante questionar até que ponto aquelas amizades só surgem por causa da praxe académica, ou seja, se não existisse praxe académica, ninguém faria amizades no seu percurso académico?

Se formos críticos, sabemos que durante todo o percurso escolar, as crianças/adolescentes fazem amigos e não existe praxe para que isso aconteça. Cada qual é amigo de quem tem de ser e não é o facto de estarem todos alinhados a olhar para o chão, de jogarem jogos ou de sofrerem represálias em conjunto que faz deles mais unidos.

Relativamente aos argumentos utilizados, por exemplo, nas entrevistas realizadas que têm a ver com o existir num futuro profissional alguém superior que se deve respeitar. Sendo uma profissão tão orientada para a defesa de direitos, seria de facto importante

exaltar o poder de argumentação dos seus alunos, o seu sentido crítico e a sua empatia. Todavia, vários são os casos em que os alunos se queixam de não poderem ripostar ou dar a sua opinião, como se pode observar pelas respostas ao questionário. O facto de não se poder responder é também salientado no Código de Praxe da UTAD

Neste sentido, penso que é necessário repensar a praxe académica no seu todo. Há atividades mais orientadas para o conhecimento do outro e para o voluntariado que deveriam ser a base da praxe académica. Existem dinâmicas de grupo que poderiam ser interessantes. Repensar a praxe académica é essencial para todos os cursos e para o país em geral, mas seria bom que o curso de Serviço Social se consciencializasse para isto.

Limitações ao estudo

Relativamente à presente dissertação de mestrado, tal como acontece em muitas certamente, foi possível verificar algumas limitações ao estudo. A principal limitação que senti, logo que escolhi o tema, teve a ver com a falta de abertura para se falar sobre a praxe académica. É um tema peculiar, que afeta realmente os seus defensores. Não existe espaço para que alguém que não participou afincadamente na praxe a discuta ou a estude. Existe, de facto, a ideia de que “só sabe quem a vive”. Todavia, a minha intenção nunca foi expressar uma opinião sobre o tema. Ainda assim, foi possível perceber que não existe realmente uma consciência das atitudes tomadas e dos insultos proferidos durante a praxe académica.

Uma outra limitação que vivenciei teve a ver com o período de observação, que era para ser realizado inicialmente durante o primeiro e o segundo semestre. Todavia, devido à situação pandémica do mundo atual, acabou por não ser realizada no segundo semestre.

Também a partilha do questionário online nem sempre foi fácil, uma vez que não senti abertura de alguns núcleos de estudantes para o fazer, daí a fraca participação de estudantes de alguns estabelecimentos de ensino superior. Senti também um medo de partilhar o questionário por parte dos alunos que não participam na praxe académica, que tiveram receio de serem gozados ou criticados por o fazerem. Vivenciei esta situação quando pedi a algumas pessoas que conhecia para partilharem o questionário como forma de chegar a mais pessoas.

Foi um processo árduo e acredito que ainda há muito mais a estudar neste tema. Penso que seria interessante trabalhar o mesmo tema, dando mais ênfase às percepções dos estudantes sobre a praxe académica.

Bibliografia

Alexandre, J. C. A. (2017). *Uma genealogia da espiral do silêncio. A expressão da opinião sobre as praxes académicas*. Dissertação de Doutoramento. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

Albernaz, A. C. N. P. (2016). *Bullying no ensino superior, diálogos com educação social e educação em direitos humanos: reflexões para intervenção*. Dissertação de Mestrado. Santarém: Instituto Politécnico de Santarém.

Albuquerque, T. (2008). Do abandono à permanência num curso de ensino superior. *Revista de Ciências da Educação*, 7, 19-28.

Amaro, M. I. (2012). *Urgências e emergências do serviço social: fundamentos da profissão na contemporaneidade*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.

André, G. M. (2011). Formar assistentes sociais para uma mediação em direitos humanos. *Lusitana. Intervenção Social*, 38, 35-43.

Araújo, A. M. & Almeida, L. S. (2015). Adaptação ao ensino superior: o papel moderador das expectativas académicas. *Educare, Revista Científica de Educação*, 1(1), 13-32.

Araújo, M. J., Sampaio, R., & Lopes, H. M. (2014). Estudantes no Plural: Uma reflexão a partir das experiências dos estudantes de Educação Social nos processos de transição para o Ensino Superior. *In XXVII Congresso Internacional Pedagogia Social (468-472)*.

Associação dos Profissionais de Serviço Social (2018). Código deontológico dos assistentes sociais em Portugal.

Boni, V. & Quaresma, S. J. (2005). Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *EM TESE – Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, 2(1), 68-80.

Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil.

Bourguignon, J. A. (2019). O projeto de pesquisa e os procedimentos metodológicos para coleta e análise dos dados na pesquisa social e qualitativa. *Revista Humanidades em Perspetivas*, 1(1), 88-107.

Cabral, B. M. & Mineiro, J. (2015). *Desobedecer à praxe*. Porto: Deriva Editores.

- Caldeira, S., Silva, O., Mendes, M. & Botelho, S. (2015). Praxe académica: meio de integração ou ações de humilhação? *Aprender. Revista da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre*, 36, 102-112.
- Carvalho, M. (2016). *Ética aplicada ao serviço social*. Lisboa: Pactor.
- Carvalho, M. & Pinto, C. (2015). Desafios do serviço social na atualidade em Portugal. *Serviço Social & Sociedade*, 121, 66-94.
- Carvalho, M., Vicente, M., Silva, R. & Garcia, S. (1996). Atuação do assistente social promotora de cidadania na transição pós-moderna. *Intervenção Social*, 13, 271-300.
- Cordeiro, A. & Martins, A. (2013). Uma nova leitura da comunicação do serviço social. *RIVE – Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos: construindo o serviço social*, 17 (32), 1-60.
- Chagas, A. T. R. (2000). O questionário na pesquisa científica. *Administração online*.
- Comissão de Educação e Ciência (2008). *As praxes académicas em Portugal*. Relatório.
- Correia, I., Alves, D., Jarego, M., Lopes, K., Rodrigues, D., Abrantes, L., Boloca, A., Carvalho, B., Diogo, M., Grosso, C., Massa, M. F., Mateus, R., Pereira, R. F., Pina, S., Pinheiro, G. G., Pinto, R., Rilho, A. & Timóteo, M. B. (2018). Ser ou não ser praxado? A teoria da ação planeada como modelo para compreender a participação dos caloiros na praxe académica. *Psychologica*, 61(2), 68-91.
- Correia, M. C. B. (2009). A observação participante enquanto técnica de investigação. *Pensar Enfermagem*, 13(2), 30-36.
- Declaração Universal de Direitos Humanos (1948).
- Dias, D. & Sá, M. J. (2011). Do ensino secundário para o superior: o impacto emocional da transição. *Revista Galego-Portuguesa de Psicología e Educación*, 19(2), 35-48.
- Dias, D. & Sá, M. J. (2013). Rituais de transição no ensino superior português: a praxe enquanto processo de reconfiguração identitária. *Revista Galego-Portuguesa de Psicología e Educación*, 21(1), 21-34.
- Dias, C. M. (2009). “Olhar com olhos de ver”. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 43(1), 175-188.

- Dicionário da Língua Portuguesa (2014). Porto: Porto Editora.
- Direção Geral do Ensino Superior (2017). *A praxe como fenómeno social – relatório final*.
- Divisão de Informação Legislativa Parlamentar (2017). *As praxes nos outros países*. Lisboa: Coleção Temas B.
- Estanque, E. (2017). A práxis do trote: breve etnografia histórica dos rituais estudantis de Coimbra. *Sociol. Antropol.*, 7(2), 429-458.
- Estanque, E. & Bebiano, R. (2007). *Do activismo à indiferença. Movimentos estudantis em Coimbra*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Ferreira, F. & Fernandes, P. (2015). Fatores que influenciam o abandono no ensino superior e iniciativas para a sua prevenção. O olhar dos estudantes. *Educação, Sociedade & Culturas*, 45, 177-197.
- Ferreira, M., Duarte, J., Cardoso, A. P., Cabral, L., Guiné, R., Campos, S. & Alves, C. (2018). Competências emocionais e prevenção do abandono nos estudantes do ensino superior politécnico. *Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental*, 6, 17-24.
- Fraser, M. T. D. & Gondim, S. M. G. (2004). Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. *Paidéia*, 14(28), 139-152.
- Freitas, A., Martins, J. & Vasconcelos, R. (2003). Integração do(a)s aluno(a)s do 1º ano na Universidade do Minho. *Revista Galego-Portuguesa de Psicología e Educación*, 8(10), 1373-1382.
- Freitas, H. C. N. M., Raposo, N. A. V. & Almeida, L. S. (2007). Adaptação do estudante ao ensino superior e rendimento académico: um estudo com estudantes do primeiro ano de enfermagem. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 41(1), 179-188.
- Freitas, H. & Moscarola, J. (2002). Da observação à decisão: métodos de pesquisa e de análise quantitativa e qualitativa de dados. *RAE-eletrônica*, 1 (1), 1-30.
- Frias, A. (1998). La culture étudiante au Portugal. La praxe dos caloiros: un rite de passage. *Recherches en anthropologie au Portugal*, 1, 11-39.
- Garcez, A. P. B. (2019). *Efeitos dos fatores cognitivos e psicológicos em ambiente de praxe académica na intenção empreendedora: Um estudo aplicado à FCSH da UBI*. Dissertação de Mestrado. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

- Gomes, C. A. & Ribeiro, R. (2012). As praxes académicas na Universidade do Minho: Conclusões e implicações de um relatório institucional. *Contextos e Dinâmicas da Vida Académica. Edição Universidade do Minho*, 106-116.
- Guerra, Y. (2000). A instrumentalidade no trabalho do assistente social. *Capacitação em Serviço Social e política social*, 4, 53-63.
- Yinan, L. (2017). *Tradições estudantis universitárias: instrução militar versus praxe académica*. Dissertação de Mestrado. Braga: Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho.
- Jacinto, T. A. M. (2015). *A violência nas praxes académicas: contributos para o desenvolvimento de um programa especial de proximidade*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Justino, E. R. S. (2015). *Trajetórias escolares improváveis: o sucesso dos estudantes de meios socialmente desfavorecidos no ensino superior*. Dissertação de Doutoramento. Porto: Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa.
- Lima, E. G. S., Almeida, I. B. P., Stevão, C. B. G. & Miranda, A. C. (2009). O embate qualitativo/quantitativo no processo de avaliação. *Revista da Faculdade de Educação*, 11, 81-96.
- Lopes, F. L. O. (2015). *A relação no Serviço Social: perspectivas sobre a sua pertinência e expressão na prática*. Dissertação de Mestrado. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Lopes, P. C. (2011). *Os membros da praxe académica na mira dos estereótipos: efeitos do contexto de comparação social e da identificação grupal*. Dissertação de Mestrado. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Loureiro, C. R. E. C., Frederico-Ferreira, M. M., Ventura, M. C. A., Cardoso, E. M. P. & Bettencourt, J. A. S. (2009). A praxe académica na Escola Superior de Enfermagem de Coimbra. *Educação | Temas e Problemas*, 8, 89-97.
- Maia, I. P. (2017). *Da integração no Ensino Superior à integração na ordem social: uma interpretação sociológica da praxe*. Dissertação de Mestrado. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

- Marchesan, M. T. N. & Ramos, A. G. (2012). Check list para a elaboração e análise de questionários em pesquisas de crenças. *Revista Eletrônica de Linguística*, 6(1), 449-460.
- Marietto, M. L. (2018). Observação participante e não participante: contextualização teórica e sugestão de roteiro para aplicação dos métodos. *Revista Ibero Americana de Estratégia*, 17(4), 5-18.
- Marinello, R. M., Santos, N. S. M. & Borim-de-Souza, R. (2018). O poder simbólico em estudos organizacionais: uma análise das principais temáticas na produção científica. *Revista Brasileira de Iniciação Científica*, 5 (1), 114-136.
- Martins, M. L. (1993). A praxe. Uma concepção estética e um conceito de ética. *Cadernos do Noroeste*, 6 (2), 307-312.
- Mendes, M. A. C. (2018). *Praxe académica no ensino superior: preditores da motivação de estudantes para praxar*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa.
- Mineiro, J. (2016). Praxe Académica: uma história longa e uma oportunidade única. *Jornal Público*, 18 de fevereiro de 2016. Acedido em: <https://www.publico.pt/2016/02/18/sociedade/noticia/praxe-academica-uma-historia-longae-uma-oportunidade-unica-1723619> .
- Nunes, A. H. H., Tureck, G. E. & Pesce, M. K. (2019). A violência verbal e não verbal: um empecilho para o processo de aprendizagem. *Cadernos do IL*, 59, 307-324.
- Observatório dos Direitos Humanos (2010). *Praxes Académicas*. Relatório.
- Oliveira, C. S., Villas-Boas, S. & Heras, S. L. (2016). Assédio no ritual da praxe académica numa universidade pública portuguesa. *Sociologia, problemas e práticas*, 80, 46-67.
- Panúncio-Pinto, M. P., Alpes, M. F. & Colares, M. F. A. (2019). Situações de violência interpessoal/bullying na universidade: recortes do cotidiano acadêmico de estudantes da área da saúde. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 43 (1), 547-556.
- Pimentel, M. H., Mata, M. A. P. & Pereira, F. A. (2011). Práticas iniciáticas de integração no ensino superior. Um ritual institucionalizado ou um processo de (des)integração? *In Atas do V Encontro do CIED – Escola e Comunidade da Escola Superior de Educação de Lisboa*.

Revez, A. M. M. (1999). *“Dura Praxis, Sed Praxis” – Relações de Poder e Moral na Praxe Académica da Universidade de Évora*. Dissertação de Mestrado. Évora: Universidade de Évora.

Ribeiro, R. M. (2000). *As lições dos aprendizes: as praxes académicas na Universidade do Minho*. Dissertação de Mestrado. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

Rodrigues, E. (2019). Estudantes do Ensino Superior – igualdades *versus* diferença. *Interações*, 52, 39-51.

Silva, A. P., Cabreira, C., Bessa, F. & Cravino, J. P. (2017). *Abandono escolar na universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – 2015/2016*. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Silva, J. P., Estanque, E., Mineiro, J., Sebastião, J. & Lopes, J. T. (2019). Antiguidade e poder simbólico na praxe académica. *Análise Social*, 232, 438-460.

Silva, L. F. & Russo, R. F. S. M. (2019). Aplicação de entrevistas em pesquisa qualitativa. *Revista de Gestão e Projetos*, 10(1), 1-6.

Silva, L. F., Russo, R. F. S. M. & Oliveira, P. S. G. (2018). Quantitativa ou qualitativa? Um alinhamento entre pesquisa, pesquisador e achados em pesquisas sociais. *Pretexto*, 19(4), 30-45.

Silva, R. M. & Silva, L. B. A. (2018). Anti-trote: redução ao trote e bullying. *Boletim Técnico IFTM*, 4 (2), 14-17.

Uzcátegui, Y. & Tauchen, G. (2018). Estudo comparativo de pesquisas quantitativas e qualitativas sobre a influência da motivação na escolha de curso universitário. *RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, 4(3), 1-20.

Vieira, P. A. F. (2013). *Vivências da praxe académica – percepção de integração e ansiedade na transição para o ensino superior*. Dissertação de Mestrado. Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

ANEXOS

Anexo 1 – Modelo de Consentimento Informado

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO EM PROJETO DE PESQUISA

(A)normalidade da praxe no curso de Serviço Social

Foi convidado(a) a participar num estudo de investigação científica conduzido por Ana Beatriz Moreira Pinto, no âmbito do projeto de investigação "(A)normalidade da praxe no curso de Serviço Social". A sua participação é voluntária. Leia por favor a informação em baixo, antes de decidir se vai ou não participar na sessão.

Se concordar, peço que coloque o nome no final e devolva em formato digital.

Objetivo do Estudo

O objetivo deste estudo prende-se com a compreensão das razões que levam os alunos de Serviço Social a frequentar a praxe académica. A informação recolhida será usada na elaboração de uma dissertação de mestrado no âmbito do mestrado em Serviço Social lecionado na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Benefícios Potenciais para a Sociedade

A praxe é, de facto, um tema que tem vindo a gerar alguma polémica na nossa sociedade. Todavia, não existem pesquisas que relacionem estes dois fatores: frequentar a praxe e ser aluno de Serviço Social, pelo que considero que este estudo poderá ser considerado como uma mais-valia para a sociedade em geral.

Procedimentos

Se quiser ser voluntário no estudo, será convidado a dar a sua opinião sobre o tema em questão através de uma entrevista. A mesma será gravada e serão tiradas notas escritas. As gravações serão utilizadas somente para análise das perceções dos participantes e

servirão apenas como material informativo sem referência às respostas de qualquer pessoa específica. Da responsabilidade de Ana Beatriz Moreira Pinto, as gravações serão mantidas separadamente do arquivo que contém informações pessoais sobre os participantes.

Não será feita qualquer associação destes dados com a identificação de pessoas.

Tratamento de Dados

O tratamento dos dados obtidos garante o anonimato dos participantes, nunca sendo feito qualquer tipo de uso que possa revelar a identidade dos participantes. Nenhum dado será tornado público sem o prévio consentimento dos interessados. Ana Beatriz Moreira Pinto assegura que qualquer publicação, incluindo a publicação na Internet, nem direta, nem indiretamente, levará a uma violação do anonimato e da confidencialidade acordada.

A recolha e análise de dados do "(A)normalidade da praxe no curso de Serviço Social" serão integradas numa dissertação de mestrado. A dissertação não conterá quaisquer dados pessoais que possam revelar direta ou indiretamente a identidade de uma pessoa singular.

Confidencialidade

Qualquer informação obtida no âmbito do presente estudo que o possa identificar será confidencial e não será divulgada sem a sua prévia permissão. Todos os dados recolhidos serão armazenados de forma a permitir a conformidade com a legislação portuguesa e da União Europeia relativa à proteção de dados e à privacidade.

Serão tomadas medidas para proteger os dados pessoais contra destruição acidental ou ilícita ou perda acidental, alteração, divulgação ou acesso não autorizado.

Eliminação de Dados Pessoais

No final do projeto, todos os dados pessoais dos participantes serão eliminados.

Recusa em Participar

É inteiramente livre de participar ou não neste estudo. Se se voluntariar para participar no estudo, é livre de se retirar a qualquer momento sem consequências de qualquer tipo. Também é livre de recusar responder a qualquer pergunta ou de participar numa atividade específica.

Riscos Potenciais

O estudo não envolve qualquer risco potencial, quer sejam sociais, legais ou financeiros.

Identificação de Investigadores

Se tiver qualquer questão ou apreensão com este estudo, poderá contactar as seguintes pessoas:

- Ana Beatriz Moreira Pinto, estudante do mestrado em Serviço Social da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, através do email beatrizmp@sapo.pt.
- Vera Mendonça, orientadora da estudante a realizar o estudo, através do email vmendonca@utad.pt.

Compreendo os procedimentos acima descritos. As minhas questões foram respondidas de forma satisfatória e concordo em participar neste estudo. Foi-me dada uma cópia deste protocolo.

Nome: _____

Assinatura: _____

Data: ____/____/____

Anexo 2 – Tópicos para realização de entrevista

Tópicos para a realização de entrevista

A entrevista será aberta e destinada a quem se disponibilize a realizá-la no questionário aplicado. Assim sendo, serão unicamente apresentados os tópicos para a sua realização.

- Nome
- Idade
- Motivações para a escolha do curso
- Valores mais valorizados no Serviço Social
- Características fundamentais de um assistente social
- Valores que a praxe incute
- Situações positivas que decorreram na praxe
- Situações negativas que decorreram na praxe
- A praxe respeita todos os valores do Serviço Social?

Anexo 3 – Questionário

08/11/2020

(A)normalidade da praxe no curso de Serviço Social

(A)normalidade da praxe no curso de Serviço Social

Questionário:“(A)normalidade da praxe no curso de Serviço Social”.

Este questionário destina-se a alunos da licenciatura em Serviço Social e tem como principal objetivo perceber a relação existente entre a praxe académica e os alunos de Serviço Social.

A tua colaboração é muito importante, por esta razão, agradecemos o preenchimento do questionário e a sua divulgação pelas redes e contactos pessoais de modo a se chegar a um maior número de alunos de Serviço Social. O tempo previsto para o preenchimento do questionário é de 10 minutos.

Os resultados deste estudo serão publicados na minha dissertação de mestrado para obtenção ao grau de mestre em Serviço Social pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Obrigada desde já pela tua colaboração!

Investigadores responsáveis:

Ana Beatriz Moreira Pinto

Orientação: Professora Doutora Vera Mendonça

*Obrigatório

1. Sexo *

Marcar apenas uma oval.

- Feminino
 Masculino
 Outra: _____

2. Frequentas a licenciatura em Serviço Social? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

https://docs.google.com/forms/d/1LubZ0GeTl752lY8YnTAeqKbuWwNKoDWNM_2zr19AQ/edit

1/5

3. Se sim, em que ano do curso estás?

Marcar apenas uma oval.

- 1º ano
 2º ano
 3º ano
 4º ano

4. Qual é a tua instituição de Ensino Superior?

Marcar apenas uma oval.

- ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa
 Universidade dos Açores - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
 Universidade de Coimbra - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação
 Universidade de Lisboa - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
 Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
 Instituto Politécnico de Beja - Escola Superior de Educação
 Instituto Politécnico de Castelo Branco - Escola Superior de Educação de Castelo Branco
 Instituto Politécnico de Leiria - Escola Superior de Educação e Ciências Sociais
 Instituto Politécnico de Portalegre - Escola Superior de Educação e Ciências Sociais
 Instituto Politécnico de Viseu - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego
 Instituto Superior Miguel Torga
 Instituto Superior de Serviço Social do Porto
 Universidade Católica Portuguesa - Faculdade de Ciências Humanas
 Universidade Católica Portuguesa - Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais
 Universidade Lusíada
 Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
 Universidade Lusófona do Porto

5. Participas na praxe académica?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

6. Se não participas na praxe académica, quais as tuas motivações para tal?

7. Se participas na praxe académica, quais as tuas motivações para tal?

8. Selecciona os termos que, na tua opinião, caracterizam a praxe académica.

Marcar tudo o que for aplicável.

- Integração
 Sentimento de União
 Humilhação
 Repudiante
 Adaptação
 Boa para fazer amizades
 Boa para conhecer a cidade
 Sentimento de Pertença
 Relações de Poder

9. Quais são os valores do Serviço Social?

Marcar tudo o que for aplicável.

- Dignidade Humana
- Assistencialismo
- Liberdade
- Integridade
- Justiça Social

10. Em algum momento na praxe sentiste que as ordens que recebeste iam contra aquilo que aprendias nas aulas?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Outra: _____

11. Se já sentiste que isso aconteceu, relata o momento em que o vivenciaste e qual o valor do Serviço Social que consideras ter sido posto em causa.

12. Em algum momento sentiste que as ordens que deste aos caloiros iam contra aquilo que aprendias nas aulas?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Outra: _____

13. Se já sentiste que isso aconteceu, relata o momento em que o vivenciaste e qual o valor do Serviço Social que consideras ter sido posto em causa.

14. Sentes que a praxe é uma mais valia para os estudantes de Serviço Social?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Outra: _____

15. Se sim, em que sentido?

16. Estarias disponível para uma entrevista através de meios digitais? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

17. Se sim, por favor, deixa o teu email.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários

Anexo 4 – Apresentação dos caloiros na UTAD

Apresentação

3/12

Eu, reles e humilde caloiro, de graça _____,
gracinha _____, graçola _____,
do ano de colheita de _____, da pocilga de
_____, venho frequentar o Mui Nobre
curso de Serviço Social, na Mui nobre academia de
Trás-os-Montes e Alto Douro, na Mui nobre cidade de
Vila Real.



Anexo 5 – Músicas do curso de Serviço Social na UTAD

Músicas do curso

1.Somos Caloiros (xutos- Maria)

Sim nós somos os caloiros
De Serviço social
Viemos para a UTAD
Aqui em Vila Real!
E se nos vens criticar
Podes já virar o cú!
Porque garra não nos falta
E somos melhor que tu!
A UTAD é nossa! E há-de ser!
A Utad é nossa! Até morrer!
Por Serviço Social, nós vamos sempre cantar
Serviço Social!!!

2.Aço Calhamaço

Aço! Calhamaço!
Serviço Social a marcar passo!
Quem foi? Quem viu?
P'ra puta que os pariu!

Eu bem dizia que era curta e não crescia
Que era a pior de toda a academia
Passou passou passou passou passou ao lado
Tenha cuidado se não é mamado.

8

8/12



3.A UTAD é nossa

A UTAD é nossa!
A UTAD é nossa!
A UATD é nossa e há-de ser,
A UTAD é nossa e há-de ser,
A UTAD é nossa até morrer!

Qual é qual é?
Qual é qual é?
Qual é qual é?
O melhor curso da Universidade fenomenal!
É Serviço Social!

4.Chocas

Sou choca e vou contar-te um segredo
Não deixo que metas nem um dedo
Sou choca e chupava-te a piroca
É pena ser uma minhoca
Engenharia que porcaria
Gestão que aberração
Desporto resultou de um aborto
Sou choca e não sou badalhoca.

5.Pioledo

Certo dia, no Pioledo
Fiz de burro sobre as quatro patas
Um doutor, na brincadeira
Espetou-me com uma borracheira.

9

Cinco tintos, uma aguardente,
Três canecas, uma imperial,
Uma ginga, um poncho quente
Aí doutor que eu estou tão mal!

6.Aí que calor

Aí que calor! Aí que calor! Aí que calor!
Aí que calor! Aí que calor!
Que boa sou, que mamas tenho
Eu quero um homem que me leve para a cama
Que me diga que me ama e que me tire este calor!

7.O teu furão e a minha ratazana

O teu furão e a minha ratazana
Chupa na banana, dá-me o ananás!
Sou boa na cama pela frente ou por trás!
Pela frente ou por trás, sou boa na cama
Chupa a banana, dá-me o ananás!
E o ananás não é uma banana!
E uma banana não é um ananás!
Por isso, vamos os dois lá para trás!
QUEM?
(repete)

10/12



8. Onde quer que vamos!

Onde quer que vamos!
Todos nos perguntam!
Quem é que nós somos!
E nós respondemos!
Serviço Social! 3x

9. Queen- "we will rock you"

(3 batidas)
Á UTAD cheguei
E vim para mostrar
Que por S.S. me apaixonei
E agora vamos lutar

(2 batidas)
Os direitos defender
A praxe vencer
Já toda a gente sabe
Ninguém nos vai deter

Refrão (bis)
Curso de inspiração
Enches o meu coração

10. "Conquistador"

É um mundo novo
Um sonho de calóiro
Ir até ao fim

11

Cantar novas vitórias

E erguer orgulhosos o curso
E viver a vida académica

Nós fomos para a praxe
Aqui na UTAD
Cantamos S.S com amor

refrão:

Do corgo ao jardim
Câmara e Pioledo
Nós vamos a gritar
S.S vai ganhar
Nós vamos com tudo
Já somos os vencedores

Este ano vimos, com uma missão
Mostrar a todo o mundo
Que a diferença não existe
E lutar pela igualdade
Semear a paz pelo mundo
Somos grandes heróis
Assistentes Sociais
Já somos os vencedores.
(refrão)